



# RACISMO, MOTOR DA VIOLÊNCIA

*junho 2019 - maio 2020*

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

**Agradecimentos** Alma Preta; Anistia Internacional Brasil; Casa Fluminense; Casa Preta Espaço de Cultura; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Ceará; Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA; Coalizão Negra por Direitos; Coletivo Papo Reto; Comissão de Direitos Humanos da Alerj; Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa do Ceará; Comissão de Trabalho e Renda da Alerj; Conectas Direitos Humanos; Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Lauro de Freitas; data\_labe; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Defensoria Pública do Estado da Bahia; Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Grita Baixada; Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia; Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará; Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste; Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco; Ford Foundation; Fundação Heinrich Böll; Fundação Marcos de Bruin; Fundação Vale; Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (GCASC); Grupo Ibura + Cultura; Grupo de Pesquisa Seviju, da UFABC; Instituto de Estudos da Religião (Iser); Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio); Laboratório de Análise da Violência (LAV/UERJ); Mães do Curió; Mandato É Tempo de Resistência – PSOL Ceará; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Odara – Instituto da Mulher Negra; Pós Afro – Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA; Open Society Foundations; Rede de Feministas Antiproibicionistas na Bahia (Renfa); Rede de Justiça Criminal; Redes da Maré; Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense; Refinaria Design; Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Lauro de Freitas (Suppir); Voz das Comunidades; Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará

**E também** Adriana Gerônimo; Alexandre Ciconello; Alessandra Félix; Alexandre Leite; Alana Freitas; Ana Clara Telles; Ana Navarrete; Átila Roque; Aurilasne Abreu; Barbara Musumeci; Bruno Itan; Buba Aguiar; Caio Feitosa; Camila Nunes Dias; Cecilia Olliveira; Charles Siqueira; Dani Moura; Daniel Hirata; Edna Carla Souza; Edu Carvalho; Eliana Sousa Silva; Fábio Lima; Fabro Steibel; Flavia Oliveira; Francisco Alves Filho; Gilberto Vieira; Graciela Selaimen; integrantes do grupo de comunicação do Observatório da Segurança RJ; Henrique Silveira; Íbis Pereira; Ilana Strozemberg; Itamar Silva; Jota Marques; Julia Barbon; Julia Rezende; Julita Lemgruber e pesquisadores do CESeC; Jurema Werneck; Laíssa Limeira; Leonarda Musumeci; Lidiane Malanquini; Ligia Batista; Luiz Eduardo Soares; Maira Junqueira; Marcele Decothé; Marcos César Alvarez e pesquisadores do NEV-USP; Maria Carolina Trevisan; Maria Isabel Couto; Marisa Vassimon; Midiã Noelle; Monica Cunha; Naldinho Lourenço; Numa Ciro; Pedro Abramovay; Pedro Borges; Pedro Strozemberg; Plinio Bortolotti; Rafael Soares; Raul Santiago; Reginaldo Pereira da Silva; Renam Magalhães; Renata Neder; Renato Roseno; Rene Silva; Ricardo Andrade; Robson Rodrigues; Rochelle Borges; Salvino Barbosa; Sergio Adorno; Tales Messias; Talita Maciel; Thainã Medeiros; Thiago Amparo; Tiago Joffily; Vinicius Pierre; Wesley Teixeira

**Racismo: uma ausência presente no  
discurso sobre violência**

3

**Infográfico - um ano em dados**

8

**Como transformamos  
a realidade em dados**

10

**Racismo: uma tecnologia de poder**

14

**Morre-se mulher: feminicídios e  
violência contra mulheres**

18

**Polícias: o centro das narrativas  
sobre violência e segurança**

24

**Homicídios aumentam;  
vítimas ainda são as mesmas**

31

**Pandemia produz mobilização  
sobre condições de prisões  
e do sistema socioeducativo**

39

**Equipe**

46

**A todas as vítimas de violência,  
seus familiares e amigos.**



VIDAS  
NEGRAS  
IMPORTAM

## **REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

### **Coordenação do CESeC**

Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci  
Sílvia Ramos

### **Coordenador adjunto**

Pablo Nunes

## **EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

### **Coordenadora geral**

Sílvia Ramos

### **Coordenador de pesquisa**

Pablo Nunes

### **Coordenadora de comunicação**

Anabela Paiva

### **Pesquisador**

Pedro Paulo da Silva

### **Articuladora e pesquisadora**

Bruna Sotero

### **Analista de redes sociais**

Marcos Vinícius de Araújo

### **Gerente**

Ana Paula Andrade

### **Fale com a gente**

rededeobservatorios@gmail.com

Twitter @rede\_seguranca

Facebook @rededeobservatorios

Instagram @rededeobservatorios

### **Apoio**

FORD FOUNDATION

### **Apoio Institucional**

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - BAHIA**

Dudu Ribeiro  
Luciene da Silva Santana

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - CEARÁ**

Ana Letícia Lins  
Cesar Barreira  
Ricardo Moura

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - PERNAMBUCO**

Dália Celeste  
Deila Martins  
Edna Jatobá

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - RIO DE JANEIRO**

Bruna Sotero  
Itamar Silva  
Pedro Paulo da Silva  
Sílvia Ramos

## **OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - SÃO PAULO**

Bruno Paes Manso  
Francine Ribeiro

## **ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)  
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

## **Parceiros na coleta de dados**

Fogo Cruzado  
Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
Monitor da Violência

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sueli Costa CRB-8/5213

Ramos, Sílvia

Racismo, motor da violência: um ano da Rede de Observatórios da Segurança / Sílvia Ramos...[et al.]; fotografias Igor Pessoa, Fran Silva, Alma Preta e Conectas. - Rio de Janeiro : Anabela Paiva, Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC), 2020.

50 p. : il.

ISBN 978-65-00-05957-1

Vários autores: Pablo Nunes, Bruno Paes Manso, Dudu

Ribeiro, Edna Jatobá, César Barreira, Ricardo Moura

1. Racismo 2. Violência I. Pessoa, Igor II. Silva, Fran III. Alma Preta IV. Conectas V. Título

CDD-320.56

### **Índice para catálogo sistemático:**

1. Racismo 320.56



# Racismo: uma ausência presente no discurso sobre violência

**Anabela Paiva, Pablo Nunes e Silvia Ramos**

*Coordenadores da Rede de Observatórios da Segurança*



**A Rede** de Observatórios da Segurança completa o seu primeiro ano trazendo à luz um paradoxo. O mais importante que temos a dizer é que pouco podemos dizer sobre o mais importante: o racismo que estrutura a sociedade brasileira e impulsiona a repetição do absurdo cotidiano de violências no Brasil.

Desde o lançamento da Rede, em 28 de maio de 2019, afirmamos que o racismo seria tema central das nossas análises. Não poderia ser de outra forma, já que há muito se sabe que negros e negras são as principais vítimas de violência no país. A taxa de homicídios no Brasil, uma das mais altas do mundo, é de 28 por 100.000 habitantes. Entre os jovens negros do sexo masculino, na faixa de 19 a 24 anos, a taxa é de mais de 200 a cada 100.000 habitantes. Os negros são 75% dos mortos pela polícia; mulheres negras são 61% das vítimas de feminicídio.<sup>1</sup>

Apesar da desigualdade inaceitável que esses números revelam, um impressionante silêncio sobre o tema racial tem prevalecido na mídia e no debate público. Neste primeiro ano de atividade, o trabalho diário dos pesquisadores da Rede comprovou como é pesado o véu que oculta a marca do racismo na rotina de assassinatos, mortes por agentes do estado, feminicídios, violências contra crianças e adolescentes e outros fenômenos. De 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, os pesquisadores dos cinco observatórios que formam a Rede esquadrinharam veículos jornalísticos e as redes sociais em busca de relatos sobre ocorrências relacionadas à segurança pública e à violência. O monitoramento resultou em 12.559 registros – dos quais apenas 50 relacionados ao racismo e à injúria racial.

É exatamente por constatar essa insuficiência de informações que escolhemos fazer do racismo o tema central deste relatório. Acreditamos que o debate sobre ele deve ser transversal e estrutural em toda discussão sobre violência e segurança pública. Reconhecemos que nós, instituições de pesquisa deste campo, muitas vezes deixamos de abordar o tema da raça e do racismo ou não o tratamos com a primazia necessária. Não podemos mais aludir ao racismo como um assunto periférico, uma informação a mais. A discussão racial não deve ser posta em segundo plano como uma problemática a ser tratada no futuro, ela também é, em si, parte do problema. O racismo é reproduzido cotidianamente, inclusive na produção de conhecimento quando a raça é marginalizada e perspectivas antirracistas são silenciadas. Por isso, nós nos unimos às organizações e aos indivíduos na

APESAR DA DESIGUALDADE INACEITÁVEL QUE ESSES NÚMEROS REVELAM, UM IMPRESSIONANTE SILÊNCIO SOBRE O TEMA RACIAL TEM PREVALECIDO NA MÍDIA E NO DEBATE PÚBLICO

O RACISMO É REPRODUZIDO COTIDIANAMENTE, INCLUSIVE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO QUANDO A RAÇA É MARGINALIZADA E PERSPECTIVAS ANTIRRACISTAS SÃO SILENCIADAS

<sup>1</sup>Dados do 13º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019).



afirmativa de que o racismo que estrutura a sociedade brasileira deve ser o foco primordial das nossas reflexões.

Colocamos em destaque também outros temas. O monitoramento reuniu um número significativo de notícias relacionadas a **Feminicídio e violência contra a mulher**, mostrando o avanço desta agenda, resultado dos esforços das organizações feministas e da sociedade civil nos últimos anos. Os mais de 7 mil registros relativos a **Policimento** (incluindo notícias de operações, violência por e contra agentes, corrupção, entre outros aspectos) indicam a centralidade das ações policiais nas políticas de segurança e também o protagonismo de policiais nas redes sociais e em manifestações e movimentos. Mostramos ainda que o impacto da Covid-19 provocou um necessário debate sobre as condições do **Sistema penitenciário e socioeducativo**.

Por fim, discutimos os **Homicídios**, a ponta do *iceberg* da violência no Brasil. A Rede de Observatórios não monitora especificamente os homicídios, que já integram as estatísticas divulgadas pelos governos estaduais e são acompanhados com rigor pelo Monitor da Violência. Mas registramos, sim, os casos de violência armada, chacinas, mortes de crianças, adolescentes, mulheres e policiais, linchamentos e operações com mortes, todos casos de crimes contra a vida.

## O que é a Rede?

A Rede de Observatórios da Segurança é um projeto que combina pesquisa baseada no monitoramento diário de mídias, executado com rigor metodológico, com a atuação em favor dos Direitos Humanos e a análise feita por equipes locais, realizada em diálogo com a sociedade civil, dos fenômenos da violência. Produzimos informação e comunicamos para um público amplo, trazendo o ponto de vista dos que conhecem de perto a realidade de cada um dos estados.

A REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA É UM PROJETO QUE COMBINA PESQUISA BASEADA NO MONITORAMENTO DIÁRIO DE MÍDIAS, EXECUTADO COM RIGOR METODOLÓGICO, E A ANÁLISE FEITA POR EQUIPES LOCAIS, REALIZADA EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

Uma iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), com apoio da Fundação Ford, o projeto é baseado na aliança entre organizações acadêmicas e de ativismo. Integram a rede o CESeC, do Rio de Janeiro; o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), de Pernambuco; a Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas (INNPD), da Bahia; o Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC); e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP).



Cada uma dessas instituições é responsável por um Observatório e mantém pesquisadores dedicados a monitorar, diariamente, jornais, sites, portais noticiosos, perfis de redes sociais e grupos de WhatsApp. A classificação das notícias segue os mesmos parâmetros e critérios, consolidados em um “dicionário” e discutidos pela equipe cotidianamente. As informações são regularmente revistas pela coordenação de pesquisa e compõem um banco de dados precioso sobre as ocorrências nestes cinco estados, que vai bem além dos dados disponibilizados por secretarias.

A Rede acompanha, por exemplo, as ações policiais, registrando que forças foram utilizadas, onde as ações ocorreram, registros de prisões e apreensões, violências e excessos por parte dos agentes. Com o mesmo detalhamento, os pesquisadores seguem notícias de linchamentos; chacinas; vitimização e corrupção de policiais; violência contra mulheres, crianças e adolescentes e indivíduos LGBTI+; intolerância religiosa; sistema penitenciário e socioeducativo; ações e ataques por grupos criminais, entre outros.

## Desafios e destaques do primeiro ano

Neste primeiro ano, um desafio foi nos configurarmos, de fato, como uma Rede, integrando organizações de perfis diferentes em cinco metrópoles. Alcançamos este objetivo através da troca permanente de informações entre as equipes e da realização de encontros no Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Pernambuco, que também permitiram que os pesquisadores conhecessem as diferentes realidades destes estados.

Pode-se perguntar, considerando que estatísticas sobre violência estão disponíveis na maioria dos estados brasileiros, para que serve esse projeto. Na verdade, a produção cidadã de dados sobre segurança pública complementa as informações oficiais e, muitas vezes, a elas se contrapõe. Em alguns estados, como Bahia e Pernambuco, os dados governamentais disponíveis são desatualizados ou apresentados de forma consolidada, sem permitir cruzamentos e comparações. Com frequência, tem sido necessário usar a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter registros detalhados – e nem sempre conseguimos respostas positivas dos gestores públicos.

Ao longo desse primeiro ano, divulgamos análises sobre fenômenos dos estados ou temas pouco discutidos. Examinamos, por exemplo, o uso de tecnologias de reconhecimento facial pelas polícias e como esses sistemas, adotados com entusiasmo

A PRODUÇÃO CIDADÃ DE DADOS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA COMPLEMENTA AS INFORMAÇÕES OFICIAIS E, MUITAS VEZES, A ELAS SE CONTRAPÕE



por governos como o da Bahia, reforçam estereótipos raciais. Lançamos estudo sobre como o modelo de segurança pública adotado no Rio de Janeiro, baseado em muitas operações e no emprego de grandes contingentes de policiais, é insustentável financeiramente – além de ineficaz. Mostramos a concentração da violência letal e sexual entre negros e negras na Bahia. No Ceará, apontamos o aumento de feminicídios no estado e de homicídios no interior e na região metropolitana. Com o advento do coronavírus, indicamos a ausência de serviços médicos e de enfermarias nas prisões e analisamos o impacto da pandemia sobre as operações policiais.

Toda essa produção é difundida para a imprensa e divulgada nas redes sociais, campos de disputa de narrativas e formação de opinião pública. Nessa arena, apostamos na divulgação de informação e análise, mantendo uma participação crítica sobre as políticas públicas de segurança. Nosso trabalho nas redes também amplia a nossa rede, dando visibilidade a iniciativas de outras organizações e somando-se a mobilizações amplas, como ocorreu na divulgação do julgamento da chacina do Curió, no Ceará, na demanda por investigação da morte de Marielle Franco e na difusão de iniciativas comunitárias de prevenção da pandemia do novo coronavírus.

Diante desse quadro, em um momento em que no país convivemos com ameaças aos princípios da transparência e da liberdade de expressão, é cada vez mais necessário produzir informações independentes, com rigor e qualidade. Seguiremos assim, no próximo ano, aprimorando o trabalho de monitoramento e buscando refletir a diversidade de contextos e situações que compõem o cotidiano da segurança pública e da violência nestes cinco estados brasileiros. 🌐

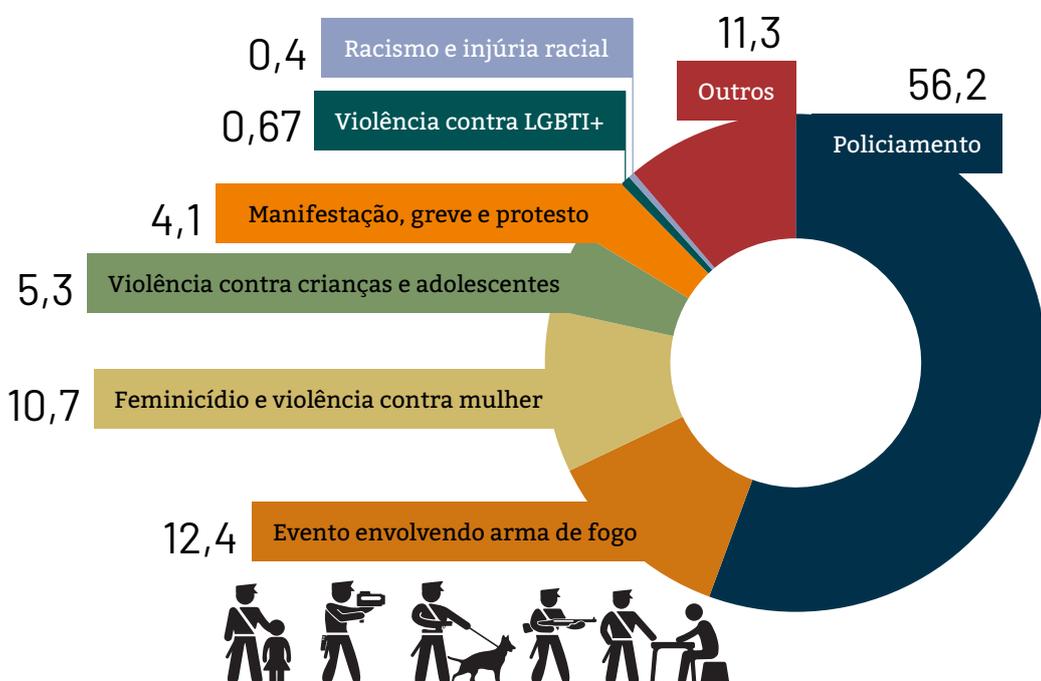
EM UM MOMENTO EM QUE NO PAÍS  
CONVIVEMOS COM AMEAÇAS AOS PRINCÍPIOS  
DA TRANSPARÊNCIA E DA LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO, É CADA VEZ MAIS NECESSÁRIO  
PRODUZIR INFORMAÇÕES INDEPENDENTES,  
COM RIGOR E QUALIDADE



REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Em um ano (junho de 2019 a maio de 2020), foram monitorados 12.559 eventos ligados à segurança pública e casos de violência. As ações de policiamento foram as mais numerosas, representando 56,2% do total.

CASOS MONITORADOS POR TIPO DE EVENTO (EM %)



Ações policiais monitoradas nos estados

- 1.015 BAHIA
- 707 CEARÁ
- 358 PERNAMBUCO
- 2.772 RIO DE JANEIRO
- 2.210 SÃO PAULO
- 7.062 TOTAL GERAL**

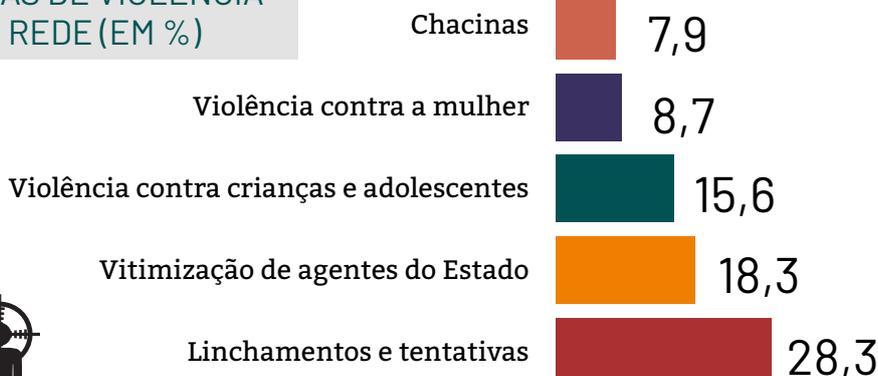
(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

PROPORÇÃO DE CASOS COM INFORMAÇÕES SOBRE COR/RAÇA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MONITORAMENTO DA REDE (EM %)

UM SILÊNCIO EFICAZ

O racismo se fez presente nas ausências: registramos poucos casos de crimes de racismo e injúria racial. Predomina a falta de informações sobre a cor das vítimas de violência.



(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

EVENTOS RELACIONADOS AOS SISTEMAS PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO (EM %)

OS INDESEJÁVEIS DA SOCIEDADE

Os eventos representam cerca de 1% do total monitorado pela Rede. A ausência de informações sobre o sistema denota o desinteresse pelo que ocorre dentro destes estabelecimentos, a não ser quando eles são percebidos como uma ameaça para o "mundo exterior", como nas fugas.



(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

## AÇÕES POLICIAIS - VITIMIZAÇÃO



	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL GERAL
Mortos	260	28	6	483	207	984
Feridos	70	10	4	479	149	712
Mortes de crianças e adolescentes	2	0	0	19	6	27
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>38</b>	<b>10</b>	<b>981</b>	<b>362</b>	<b>1.723</b>

### TODO CAMBURÃO TEM UM POUCO DE NAVIO NEGREIRO

Ações de policiamento são os eventos mais monitorados pela Rede. **Diariamente operações policiais violentas resultam em mortos e feridos e impactam o dia a dia dos moradores de favelas e periferias.** Informações sobre ações de inteligência e investigação estão praticamente ausentes, assim como dados sobre a raça/cor dos impactados por essas ações.

OPERAÇÃO CONFRONTO ABORDAGEM TIROS  
**PRISÃO**  
APREENSÃO INVESTIGAÇÃO **SUSPEITO**  
**TRÁFICO** MORTOS/FERIDOS **DROGAS**

Em **7062** registros sobre ações policiais, **houve 1 menção à palavra negro ou negra**. As palavras racismo e racial não foram mencionadas.

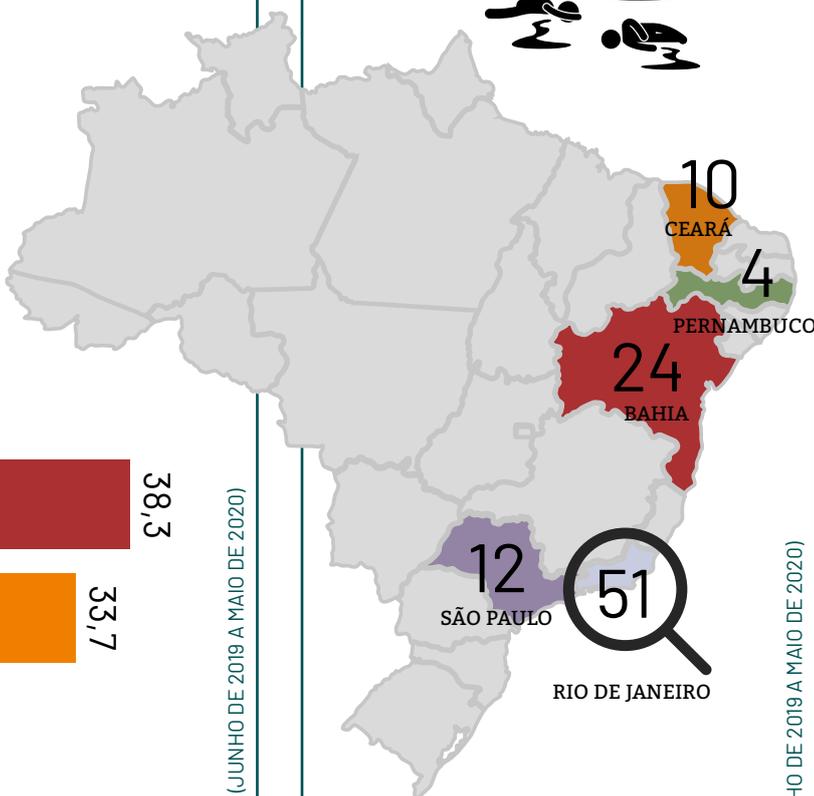
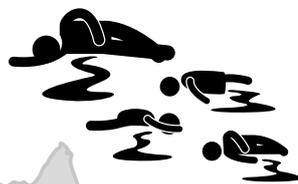
Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

## CHACINAS POR ESTADOS

### MORTES MÚLTIPLAS

O Brasil, em números absolutos, é o país com mais homicídios no mundo. Depois de um curto período de redução, os assassinatos voltaram a aumentar em 2020. A grande maioria dessas mortes é cometida com armas de fogo, em dinâmicas de conflitos interpessoais, latrocínios, feminicídios e chacinas. **O Rio de Janeiro é o estado que registra mais casos de mortes múltiplas.** Em um ano de monitoramento da Rede, foram registradas 101 chacinas - eventos em que três ou mais pessoas são mortas na mesma ocasião - nos cinco estados.



(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

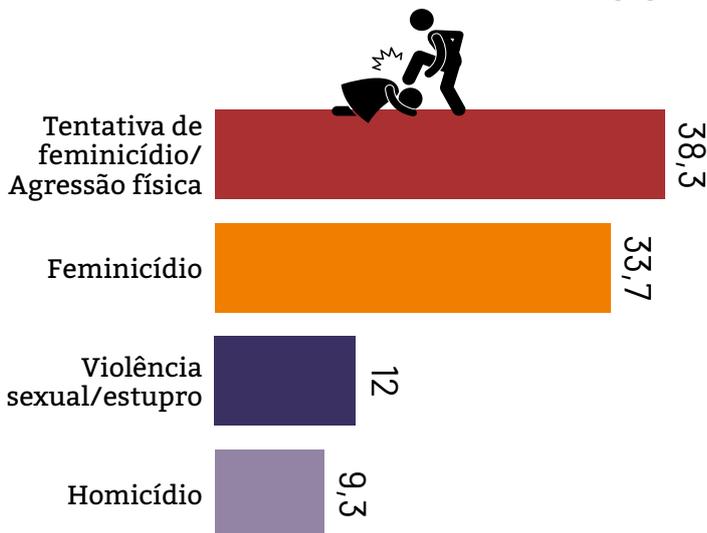
(JUNHO DE 2019 A MAIO DE 2020)

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

## VIOLÊNCIAS MAIS FREQUENTES CONTRA MULHERES (%)

### MORRE-SE MULHER

Ao longo de doze meses, a Rede monitorou 1.314 violências contra mulheres, como feminicídios, agressões físicas e violência sexual. **Boa parte delas ocorreu nos domicílios das vítimas e foi motivada por brigas e terminos de relacionamento** - uma evidência do quanto o machismo reproduz a violência. Apesar do grande número de casos, são raras as informações sobre a raça/cor das vítimas.



Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

QUEM MATA  
MAIS ???  
COVID-19 OU A  
POLÍCIA ???

**Como transformamos a  
realidade em dados**

***Pablo Nunes e Pedro Paulo da Silva***

Coordenador de Pesquisa e pesquisador da Rede de Observatórios da Segurança



**A Rede** de Observatórios da Segurança tem como uma de suas missões o monitoramento da segurança pública e de casos de violência ocorridos em cinco estados brasileiros a partir da perspectiva da sociedade civil. O projeto não busca substituir ou rivalizar com a produção de dados por instituições governamentais, pelo contrário, as informações divulgadas pela Rede são complementares às estatísticas oficiais, permitindo construir cenários mais abrangentes sobre o que ocorre no cotidiano desses estados. Mesmo assim, em alguns casos, como o da Bahia e o de Pernambuco, onde dados sobre violência letal ou não são produzidos com sistematicidade, ou há limitações na divulgação de informações sobre o perfil da vítima e as circunstâncias das mortes, os elementos coletados pelos observatórios da Rede funcionam como um farol que indica tendências sobre o contexto da segurança pública nesses lugares.

Em um ano, as equipes da Rede que trabalham nos estados de Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo analisaram mais de 12 mil eventos, divididos em 16 categorias. Um evento é um fato que ocorre em um determinado lugar em um dado tempo. Por exemplo, uma operação policial que aconteceu nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú foi classificada como três eventos distintos. Fizemos esta escolha para termos um quadro completo sobre o impacto desses casos, sejam operações policiais, sejam outros eventos violentos.

As pesquisadoras de cada estado seguem uma rotina diária, monitorando os principais veículos de imprensa dos seus estados, as contas oficiais das polícias, secretarias e de outras organizações da sociedade civil nas principais redes sociais. As equipes também recebem informações diretamente por grupos de WhatsApp e por um *bot* (robô) que recolhe informações do Twitter. De posse desse material, as pesquisadoras cadastram cada evento em um formulário on-line que alimenta um banco de dados, logo revisado por um outro pesquisador. Com esse banco de dados completo e revisado, podemos realizar análises como as que compõem este relatório. São muitos os aspectos importantes relacionados à segurança pública. Escolhemos 16 indicadores prioritários para monitorar diariamente e com a mesma metodologia (ver tabela a seguir).

Cada um desses indicadores aborda um elemento presente no cotidiano desses estados. As ações de policiamento, como seu nome diz, são as atividades realizadas por policiais todos os dias, em dinâmicas de operações e

ONDE DADOS SOBRE VIOLÊNCIA LETAL NÃO SÃO PRODUZIDOS COM SISTEMATICIDADE OU HÁ LIMITAÇÕES NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES, OS ELEMENTOS COLETADOS PELOS OBSERVATÓRIOS INDICAM TENDÊNCIAS SOBRE O CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

SÃO MUITOS OS ASPECTOS IMPORTANTES RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA. CADA UM DESSES 16 INDICADORES ABORDA UM ELEMENTO PRESENTE NO COTIDIANO DESSES ESTADOS

patrulhamento, além das intervenções voltadas para o combate ao novo coronavírus. Trocas de tiros e disparos de armas de fogo são, infelizmente, parte da rotina de grandes parcelas das populações dos cinco estados que compõem a Rede, e são monitorados como eventos envolvendo arma de fogo. Além das já conhecidas ocorrências de balas perdidas, também assinalamos casos de acidentes com armas, conflitos interpessoais, suicídio etc. Registramos ainda os casos em que os policiais e os agentes cometem abusos e violações de direitos de cidadãos, além de corrupção policial e eventos em que há agressões contra agentes de segurança. Acompanhamos ainda manifestações, greves e protestos, que têm sido frequentes nesses últimos anos, com ou sem registro de violência por parte de manifestantes e policiais.

### Eventos monitorados (junho 2019 a maio 2020)

TIPO DE EVENTO	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL GERAL
Policciamento	1.015	707	358	2.772	2.210	7.062
Evento envolvendo arma de fogo	307	236	338	330	345	1.556
Feminicídio e violência contra mulher	281	151	169	256	492	1.349
Violência contra crianças e adolescentes	132	111	151	155	111	660
Manifestação, greve e protesto	94	35	29	132	226	516
Vitimização de agentes do estado	60	31	39	219	115	464
Violências, abusos e excessos por parte de agentes do estado	51	13	9	23	99	195
Sistema Penitenciário e Socioeducativo	53	27	6	18	79	183
Ações e ataques de grupos criminais	18	117	6	16	7	164
Chacina	24	10	4	51	12	101
Violência contra LGBTI+	11	23	8	10	32	84
Linchamento e tentativa de linchamento	15	16	26	9	8	74
Racismo e injúria racial	13	3	1	16	17	50
Saques em estabelecimentos comerciais ou outros (durante a pandemia)	6		1	2	38	47
Corrupção policial	3	4		11	6	24
Intolerância religiosa	3	3		2	4	12
Outros	1	1	11	3	3	18
<b>TOTAL</b>	<b>2.087</b>	<b>1.488</b>	<b>1.156</b>	<b>4.025</b>	<b>3.804</b>	<b>12.559</b>

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Por outro lado, em muitas das cidades que compõem os estados aqui monitorados, grupos armados impõem regras e um dia a dia de medo e insegurança. Em alguns casos, eles se engajam em ações de demonstração de força, como nos ataques ocorridos no Ceará no ano passado, quando atearam fogo em



automóveis e investiram contra construções públicas. Monitoramos esses casos como “Ações e ataques de grupos criminais”. Outros aspectos da segurança pública que monitoramos são os que se relacionam com os sistemas penitenciário e socioeducativo. Fugas, más condições de saúde e segurança dos internos e agentes, denúncias de tortura e maus-tratos são situações que ocorrem dentro das penitenciárias e dos institutos de internação, mas que poucas vezes chegam ao conhecimento do público. O acompanhamento cotidiano dessas ocorrências permite compreender melhor o contexto nestes sistemas e a percepção da sociedade sobre eles.

A violência contra mulheres tem cada vez mais ganhado espaço relevante no debate público. Monitoramos casos de feminicídio, de mortes de mulheres, tortura, violências sexuais e outros tipos de agressões. O mesmo se aplica à violência contra a população LGBTI+. Os casos de agressões contra crianças e adolescentes também são monitorados de forma semelhante, com a inclusão de crimes como abandono e negligência.

Uma prioridade da Rede é acompanhar com rigor os casos de racismo e injúria racial, bem como sua expressão em todos os outros eventos que já foram citados. Casos de violência contra mulheres que têm componentes de racismo são abundantes e fazem parte do cotidiano violento a que elas estão expostas. Também seguimos casos em que a religião é fator de discriminação e fundamento para agressões físicas ou verbais.

Entre as situações dramáticas que monitoramos estão as chacinas e os linchamentos, situações extremas de violência e que há muitos anos se repetem em todo o país. As chacinas – os casos em que três pessoas ou mais são assassinadas em um mesmo evento – são muitas vezes protagonizadas pelas forças de segurança e engrossam os números de mortes violentas todos os anos no Brasil. A percepção de que no cotidiano prevalecem a impunidade e a baixa confiança nas instituições judiciais dissemina a crença de que é preciso fazer justiça com as próprias mãos, o que é utilizado como justificativa para dinâmicas de linchamento e justiça que muitas vezes terminam em morte.

Neste relatório, apresentaremos descobertas que fizemos nesse primeiro ano em relação a alguns indicadores. Os demais tipos de eventos que monitoramos, como manifestações e vitimização de agentes do estado, serão analisados posteriormente em outras publicações. Veja a seguir o que aprendemos ao transformar a realidade em dados. 

UMA PRIORIDADE DA REDE É ACOMPANHAR OS CASOS DE RACISMO E INJÚRIA RACIAL, BEM COMO SUA EXPRESSÃO EM TODOS OS OUTROS EVENTOS. CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES QUE TÊM COMPONENTES DE RACISMO SÃO ABUNDANTES



VALE VINTE MIL  
REAIS, A VIDA  
DE UMA  
CRIANÇA?

# Racismo: uma tecnologia de poder

**Dudu Ribeiro e Luciene Santana**

Coordenador e pesquisadora do Observatório da Segurança BA



**Observar** as complexas relações organizadas sob o amplo conceito de segurança pública no Brasil a partir da cobertura jornalística é um desafio que deve ser compartilhado por agentes diversos, permitindo a ampliação de olhares sobre os fenômenos. Iniciativas neste sentido cumprem um papel fundamental no cenário atual.

Este é o desafio enfrentado pela Rede de Observatórios da Segurança desde maio de 2019. Através de uma metodologia construída e compartilhada por organizações e instituições de cinco estados brasileiros, busca-se incrementar as análises sobre a segurança pública no Brasil, o papel da violência no exercício do poder do Estado e os fenômenos decorrentes das opções por estratégias de guerra, realizadas sobretudo em territórios já criminalizados. É a partir dessas observações que podemos complementar a precariedade de dados disponibilizados pelas secretarias de Segurança Pública dos estados – precariedade que é parte do processo de gestão necropolítica da vida.

A propagação de dados incompletos, enviesados, construídos para dar suporte a opiniões preestabelecidas e agendas políticas particulares não permite fazer análises complexas sobre os fenômenos da violência e favorece os grupos dominantes, que asseguram assim seu controle sobre as instituições, para além do uso da violência, pela produção de consensos sobre a sua própria dominação.

A PROPAGAÇÃO DE DADOS  
INCOMPLETOS, ENVIESADOS,  
CONSTRUÍDOS PARA DAR  
SUPORTE A OPINIÕES  
PREESTABELECIDAS E AGENDAS  
POLÍTICAS PARTICULARES  
FAVORECE OS GRUPOS  
DOMINANTES

Nosso trabalho de pesquisa tem sido também o de buscar compreender os mecanismos de controle social que se articulam com base na ideia de segurança: saberes e práticas sobre o crime, a violência, assim como sobre “a pessoa criminoso”, que orientam a construção dos discursos jornalísticos *a priori*, mas não apenas, e que guardam características herdadas de relações escravistas, fundadoras das relações e das práticas punitivas no Brasil.

A instituição da escravidão permitiu a realização das diversas formas de punição sobre o corpo, a mente e as relações familiares e comunitárias, mesmo aquelas consideradas demasiadamente incivilizadas para serem utilizadas contra cidadãos brancos. A arquitetura punitiva no Brasil é uma herança de instrumentos construídos sob os marcos de um modelo imperial-escravista, nos quais as práticas de controle se desenvolveram no terreno das relações entre o senhor e o escravo durante séculos, no âmbito privado, portanto, e com a desumanização da pessoa escravizada. A construção histórica no Brasil de um estereótipo racializado que configura o “criminoso” guarda conexão com a ideia das classes perigosas do início do século passado e com o projeto civilizatório eugênico de embranquecimento do país e de eliminação física do Outro.

Assim, o racismo está inscrito no saber/fazer policial, conformado no sistema judiciário brasileiro, no qual a seletividade atua em alguns segmentos sociais e tipos de delito, sobretudo os crimes contra o patrimônio e o tráfico de drogas, e se dedica ao aprisionamento e à execução da população negra.



O primeiro entendimento a ser assumido por uma pesquisa com essas premissas é reconhecer o racismo e os elementos que conformam a raça no Brasil como centro fundamental da constituição dos sistemas de punição e controle que organizam a atuação do Estado na segurança pública. É o racismo que orienta a atuação dos instrumentos que operam na realização de fenômenos diversos da violência, e que conforma os produtos discursivos, numa composição que vai das abordagens policiais às mortes e às prisões de jovens negros das favelas e acaba nas notícias cotidianas sobre guerra às drogas e à criminalidade.

O monitoramento realizado nos últimos doze meses demonstra uma discrepância entre a abundância de registros sobre policiamento, violência armada, violência de gênero e escassez de registros de racismos, injúria racial e intolerância religiosa (dos cerca de 12.000 registros feitos pela equipe de pesquisadores no período, apenas 50 deles foram de racismo e injúria racial e 12 de intolerância).

O desafio dessa metodologia de pesquisa passa então a ser como identificar os elementos no “não dito”, aquilo que por ser estrutural escamoteia-se na universalidade pretendida, ou na suposta desracialização das instituições. O jornalista Walter Lippmann, ainda em 1922, defendeu em *Public Opinion* que “notícias e verdade são coisas distintas”, pois o noticiário jornalístico age como um holofote: ilumina determinadas coisas e deixa outras na escuridão.

Assim, quando lançamos olhares sobre outros bancos de dados, como o do Sistema de Informação sobre Mortalidade do DATASUS, por exemplo, é possível constatar de imediato o abismo que separa brancos e negros no que se refere às mortes violentas. A maioria da população brasileira também entende que as abordagens policiais são orientadas por cor (segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, realizada em junho de 2020, 94% dos brasileiros reconhecem que pessoas negras têm mais chances de serem abordadas de forma violenta e mortas pela polícia<sup>1</sup>) e que a maioria das operações, frequentemente relacionadas à ideia de guerra às drogas, ocorre em áreas pobres de favelas e periferias, onde mora a população predominantemente negra, ainda que também saibamos que o uso e o comércio de substâncias psicoativas ilícitas não acontece ali com exclusividade.

HÁ UM SILENCIAMENTO DAS DINÂMICAS RACIAIS NAS QUESTÕES LIGADAS À VIOLÊNCIA QUANDO OBSERVAMOS AS COBERTURAS JORNALÍSTICAS. AO BUSCARMOS TERMOS COMO “MORTE DE JOVEM NEGRO”, ENCONTRAMOS A AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES

Há um silenciamento apenas aparente das dinâmicas raciais envolvidas nas questões ligadas à violência quando observamos as coberturas jornalísticas. Ao buscarmos os termos mais óbvios para essa investigação, como “morte de jovem negro”, “racismo”, “violência racial”, encontramos o silêncio, a ausência de informações. O banco de dados da Rede de Observatórios apresenta um grande número de NI (não informado) no que diz respeito às informações raciais de vítimas das principais violências, como mostra a tabela abaixo. Em parte dos casos, são as imagens que indicam as dinâmicas raciais envolvidas no fato, e onde o texto sugere à primeira vista que tais dinâmicas não são visíveis.

<sup>1</sup> Realizada por iniciativa da Central Única das Favelas (CUFA), a pesquisa *As Faces do Racismo* pode ser acessada em <https://bit.ly/3eL3rFU>.



### Proporção de casos monitorados com informações sobre cor/raça das vítimas de violência (junho de 2019 a maio de 2020)

Chacinas	7,9%
Violência contra a mulher	8,7%
Violência contra crianças e adolescentes	15,6%
Vitimização de agentes do Estado	18,3%
Linchamentos e tentativas	28,3%

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Há um pseudoambiente construído pela cobertura jornalística na área de segurança pública, lugar que Lippman define como o processo no qual “cidadãos médios” se utilizam de atalhos cognitivos para compreender a realidade vivida, em que são reforçados estigmas, operadas hierarquizações sociais e raciais e em que se busca apontar que o problema da violência decorre da falta de punição e controle. O produto resultante é, portanto, uma série de procedimentos próprios à produção jornalística, que vai desde a escolha das fontes, a seleção dos articulistas, a angulação de determinados assuntos, as manchetes até a hierarquização dos acontecimentos, entre outros, como mostrou Dennis Oliveira.<sup>2</sup>

Um dos produtos mais consumidos é uma espécie de pânico moral que rodeia a ideia de crime, mas que se processa de formas distintas para corpos e territórios diversos e que, em última análise, na maioria das vezes, não está relacionado à escalada dos eventos em sentido material. Este sentimento de medo impulsiona a agenda do Estado para gerir “o problema” de grandes populações, especialmente aquelas afastadas dos direitos, desumanizadas, sobretudo a população negra, populações estas que se tornam dispensáveis no atual estágio do capitalismo financeiro global.

Já se sabe que jovens, homens e negros formam a população mais afetada por mortes violentas no Brasil. Na Bahia, por exemplo, em 2018, a taxa de homicídios de homens negros foi de 103 por 100 mil habitantes, enquanto para homens brancos, a taxa ficou em 23 por 100 mil habitantes, ou seja, a taxa de homicídios entre negros é 4,5 vezes maior do que entre brancos. No Brasil, no mesmo ano, ainda segundo o mesmo estudo, os homens negros representaram uma taxa de 89 por 100 mil habitantes; entre os homens brancos, o indicador foi 28 por 100 mil.

Um ano da Rede de Observatórios nos permite dizer que a violência racial não aparece nos números, mas se realiza onde silencia. A punição guarda relação profunda com a vigilância racial, e a prisão e a morte são parte dessa solução punitiva para problemas sociais complexos, que não estão ligados às ideias de crime. Como nos lembrou Michel Foucault, o racismo é uma tecnologia de poder e não se resume apenas aos comportamentos individuais dos agentes das forças de segurança. O racismo é o motor do funcionamento pleno das instituições herdadas de um país escravista, de uma elite colonial, ao tempo que colonizada, e essas instituições agem conferindo, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios a partir da raça. 

<sup>2</sup> Oliveira, Denis, “A construção do consenso do punitivismo”, prefácio de *Narrativas Brancas, Mortes Negras – Análise da cobertura da Folha de S. Paulo sobre os massacres nos presídios em Manaus, Boa Vista e Natal, 2017* (INNP/ Ponte Jornalismo/ Celacc-USP) (<https://bit.ly/38gMa50>)

A large crowd of people is gathered at night for a protest. Many individuals are holding up small, rectangular signs that read "Rua Marielle Franco" and "Observatório da Segurança PE". In the foreground, a large black banner is held across the crowd, featuring the text "CONTRA O RACISMO" and "AS NEGRAS IMPORTAM" in white and orange letters, with "8 DE MARÇO" written below. The scene is illuminated by streetlights, creating a high-contrast, dramatic atmosphere. The crowd is diverse in age and appearance, and many participants have serious or determined expressions.

# Morre-se mulher: feminicídios e violência contra mulheres

**Edna Jatobá e Dália Celeste**

Coordenadora e pesquisadora do Observatório da Segurança PE



**Nos** últimos quinze anos, graças à mobilização de organizações feministas e da sociedade civil, a violência contra as mulheres passou a ter nome e legislação. O que era um problema da esfera doméstica, em que estranhos não podiam meter a colher, tornou-se objeto de política governamental com a sanção da Lei 11.340, a Lei Maria da Penha, de 2006. Ela tipificou o crime de violência doméstica e familiar, estabelecendo que essa violência pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e independe de sua orientação sexual.

Quase dez anos depois, em março de 2015, passou a vigorar a Lei 13.104, mais conhecida como a Lei do Feminicídio. A lei qualifica os homicídios, determinando que são feminicídios os assassinatos de mulheres nos quais a morte envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima. A pena do réu em casos enquadrados nesta lei é maior do que os crimes comuns -- 12 anos, no caso de pena mínima, e 30 anos, no caso da pena máxima.

FEMINICÍDIO É O ASSASSINATO DE UMA MULHER PELA CONDIÇÃO DE SER MULHER. SUAS MOTIVAÇÕES MAIS USUAIS SÃO O ÓDIO, O DESPREZO E O SENTIMENTO DE PERDA DO CONTROLE

Em um de seus livros mais conhecidos – *O segundo sexo*, publicado em 1949 – a escritora Simone de Beauvoir afirma: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Os crimes de feminicídio tipificados desde 2015 são crimes em que “morre-se mulher”, ou seja, morre-se apenas por se nascer mulher e por se tornar mulher. Em outras palavras, feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo e o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro”, explica o dossiê do Instituto Patricia Galvão.<sup>1</sup>

Para além de uma grande e pertinente discussão sobre punitivismo e efetividade da lei, outro aspecto merece atenção: a produção de dados possibilitada por esse dispositivo. São várias as iniciativas de elaboração que acompanham a violência letal no Brasil; já a produção de dados sobre a violência letal contra a mulher ainda é desigual, atrasada e tem pouca visibilidade. Parte disso se explica pela adaptação, ainda em curso, das forças da segurança pública em lidar com as novas iniciativas para investigações e produção de estatística nesta seara.

Desde 2014, o setor público conta com o Modelo de Protocolo Latino-americano<sup>2</sup> de investigações das mortes violentas de mulheres por razões de gênero. O documento foi elaborado pelo Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OACNUDH), com o apoio da ONU Mulheres, e foi um marco na tipificação dos crimes de feminicídio e de procedimentos de prevenção, investigação e punição dessas violências. A padronização estabelecida no documento auxilia na produção de dados e, por conseguinte, na implementação de políticas públicas. No Brasil, entretanto, apenas os estados de Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina aderiram às diretrizes.

<sup>1</sup> Leia o dossiê em <https://bit.ly/2BtLEVi>

<sup>2</sup> O modelo está disponível em <https://bit.ly/3geNUhS>

Segundo os dados do Monitor da Violência, projeto realizado em parceria pelo portal G1 com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, baseado na coleta de dados das secretarias de Segurança estaduais, no ano de 2019 houve 3.739 crimes violentos letais intencionais contra mulheres. Destes, 1.314, ou seja, 35,1%, foram apontados como feminicídios. É o maior percentual de uma série histórica de cinco anos.

### Evolução dos feminicídios nos estados da Rede de Observatórios e no Brasil (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Bahia	sem dados	sem dados	74	76	101
Ceará	sem dados	sem dados	18	30	34
Pernambuco	sem dados	111	76	74	57
Rio de Janeiro	sem dados	16	68	71	84
São Paulo	40	60	120	136	182
Brasil	445	763	1.047	1.225	1.314

Fonte: Monitor da Violência / G1

Durante o seu primeiro ano de monitoramento, a Rede de Observatórios da Segurança também se dedicou a monitorar os dados de violência contra mulher. Ao todo foram computados 1.408 casos desta natureza nos cinco estados monitorados: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Estes casos distribuem-se entre tentativas de feminicídio/agressões físicas, feminicídios, violência sexual/estupros, homicídios, agressões verbais, tortura, sequestros, balas perdidas, cárcere privado, ameaças/coação, tentativas de homicídio e outros. Juntos, feminicídios e tentativas de feminicídio correspondem a 68,8% deste total – 454 e 516, respectivamente.

### Violências contra a mulher monitoradas em 12 meses (junho de 2019 a maio de 2020)

OCORRÊNCIAS	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL GERAL
Tentativa de feminicídio/agressão física	78	47	51	105	235	516
Feminicídio	75	58	90	56	175	454
Violência sexual/estupro	27	16	18	43	58	162
Homicídio	77	19	9	18	3	126
Agressão verbal	7	13	0	6	14	40
Tortura	4	13	2	3	6	28
Sequestro	1	0	0	0	0	1
Bala perdida	1	0	3	12	0	16
Cárcere privado	1	2	0	0	8	11
Ameaça/Coação	0	0	0	5	22	27
Outros	0	0	1	6	5	12
Tentativa de homicídio	9	3	0	3	0	15

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança



Quando se refere à violência contra mulheres, constata-se que muitas vezes vários tipos de violências se sobrepõem e, dessa forma, produzem mais de uma entrada no banco de dados. Não são raras as notícias que dão conta de que a mulher foi espancada, torturada, estuprada e morta. As armas utilizadas são variadas: armas brancas, paus, pedras, fios, entre outros instrumentos. Na morte das mulheres, expressa-se um ódio à condição feminina, interseccionalizada com a cor escura da pele.

O feminicídio é a última instância da violência lançada sobre o corpo da mulher. Entretanto, antes dessa ação letal, ocorre uma escalada de violências, como agressões físicas e verbais, ameaças e tentativas de feminicídio. As informações disponíveis sobre a motivação de todos os casos de violência contra mulher, nos cinco estados, mostram 319 casos motivados por brigas, 123 por término de relacionamentos, 68 por ciúmes e 28 por crime de ódio<sup>3</sup> – aquele praticado contra uma pessoa por ela pertencer à determinada etnia, cor, origem, orientação sexual e, neste caso, identidade de gênero. A maior parte dessas agressões é praticada por pessoas próximas: 466 casos por companheiros e ex-companheiros; 152 por namorados e ex-namorados; e 68 por outros familiares.

## DÉBORA: MORTA POR NASCER MULHER

Um caso de feminicídio barbaramente emblemático ocorreu em maio de 2019, no bairro do Cajá, em São Lourenço da Mata, Pernambuco. Débora Maria Sales da Silva, de cinco meses, foi espancada até a morte pelo seu pai, Augusto Silva da Cruz. A mãe da vítima, que também sofria violência pelo companheiro, contou que o marido não aceitava o fato de a criança ser menina. O Conselho Tutelar local já havia recebido denúncias de agressão e maus-tratos contra a criança.

<https://bit.ly/2NQQ1eo>

### Motivações das violências (junho de 2019 a maio de 2020)

VALORES	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL GERAL
Brigas	58	23	48	35	155	319
Término	13	10	10	16	74	123
Estupro	19	10	9	22	32	92
Ciúmes	7	6	8	10	37	68
Roubo	4	10	3	6	20	43
Crime de ódio	5	6	15	0	2	28
Conflito	5	10	2	0	0	17
Assédio sexual	4	0	1	5	4	14
Suposta traição	1	0	0	1	3	5
Drogas	1	0	2	0	1	4
Bala perdida	2	0	0	1	0	3

\*Não incluímos aqui os casos em que não havia informação.

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

<sup>3</sup> Não raro, os crimes de ódio envolvem tortura e vilipêndio do cadáver. Um exemplo ocorreu no Ceará, em Fortaleza, em novembro de 2019, quando foi encontrado em um rio o cadáver de uma mulher decapitada (<https://glo.bo/2YwgHZm>).

Entre os estados monitorados, São Paulo é aquele que registrou mais casos de feminicídio, com 175 ocorrências. Já Pernambuco, com uma população bem menor, encontra-se em segundo lugar em números absolutos, 90 casos. Entre os crimes violentos letais intencionais no Ceará, o feminicídio foi o único tipo de crime que teve aumento entre os anos de 2018 e 2019, com uma variação de 13%. No estado, assim como na Bahia, houve registros de casos em que o envolvimento de adolescentes e mulheres com grupos criminosos resultou em condenação à tortura e à morte. Foi o que ocorreu em abril, em Salvador, quando uma jovem teve seu cabelo raspado, foi espancada e morta por integrantes de um grupo criminoso<sup>4</sup> por ter sido acusada de passar informações para um policial com quem se relacionava. Outras cinco meninas que a acompanhavam foram espancadas.

Apesar de todos esses registros, tão fortes, os órgãos oficiais estaduais demonstram desarticulação e, em alguns casos, desinformação ao caracterizar e visibilizar os crimes de feminicídio. Como a nossa metodologia registra os casos a partir de matérias de jornais e portais de notícias, é natural que não seja possível contemplar todas as ocorrências registradas pelos dados oficiais. Ainda assim, surpreende que as ocorrências de feminicídios coletadas pela Rede de Observatórios em Pernambuco superem em cerca de 31% os totais da Secretaria de Defesa Social no período de junho de 2019 a março de 2020. Os dados oficiais sobre feminicídios dos meses de abril e maio ainda não foram divulgados. Vale também registrar que existem muitos casos com informações incompletas que podem estar relacionados a feminicídios.

## TIFFANNY: MORTA POR TORNAR-SE MULHER

Uma mulher transexual identificada como Tiffany, de 51 anos de idade, foi brutalmente assassinada em maio de 2020, no bairro de Jardim São Paulo, Recife. Dentro de sua residência, a vítima foi encontrada com um fio de antena de TV no pescoço. À execução brutal, que vitimou Tiffany por tornar-se mulher, somou-se o desrespeito nas notícias, que a chamaram pelo seu nome de batismo, que ela não utilizava e não correspondia ao seu gênero. Tiffany foi apagada por não ter sua identidade reconhecida e respeitada. O transfeminicídio se fez presente duas vezes: na sua morte e após a sua partida.

<https://bit.ly/2W2ZiWI>

### Feminicídios registrados pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e pela Rede de Observatórios PE - junho de 2019 a março de 2020

	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Total
Rede de Observatórios	3	4	4	11	13	7	5	9	7	4	67
SDS/PE	4	6	5	6	6	1	5	8	6	4	51

Fontes: Rede de Observatórios de Segurança e Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

<sup>4</sup> Leia a notícia em <https://bit.ly/37XwDqQ>

Outro aspecto essencial a destacar é a ausência quase completa de informações sobre a cor das mulheres vítimas de violência. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 256 casos registrados, só quatro mencionavam a cor da vítima. Tratando apenas dos casos em que a cor da pele é informada, com exceção de São Paulo, em que há a prevalência da cor branca entre as mulheres vítimas de violência, todos os outros estados ratificaram o viés racista também na violência de gênero, apontando mulheres negras como a maioria das vítimas. Mais uma vez.

OS ÓRGÃOS OFICIAIS  
DEMONSTRAM DESARTICULAÇÃO  
E DESINFORMAÇÃO AO  
CARACTERIZAR E VISIBILIZAR OS  
CRIMES DE FEMINICÍDIO

### Cor da pele de mulheres vítimas de violência (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL
Branca	3	2	3	0	45	53
Indígena	0	0	0	0	2	2
Amarela	0	0	0	0	0	0
Preta	13	2	13	3	13	44
Parda	0	1	2	1	15	19
Não informado	265	146	151	252	416	1.230

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Como mostram os dados, a violência contra a mulher continua a configurar um quadro dramático, que cresce e se mantém pela falta de políticas de prevenção adequadas e consistentes. Ela é parte da herança de desvalorização do gênero feminino, deixada pelo patriarcado e perpetuada pelo machismo, que demarca o lugar da mulher como de subordinação, inferioridade e acatamento. Os números de feminicídios e outras violências contra as mulheres são um elemento essencial da desigualdade de gêneros na nossa sociedade.

Todos os esforços de produção de dados e diagnósticos sobre a morte de mulheres, especialmente sobre feminicídios, são iniciativas que buscam qualificar a formulação de políticas públicas de proteção à vida das mulheres. É com base nessas informações que o Poder Executivo e o Legislativo precisam atuar, em parceria com a sociedade civil, para formular e executar as políticas públicas necessárias para que as **mulheres possam viver** em toda a sua plenitude. 🌱

POLICIA MILITAR DEVE SER JULGADA PELA LEI COMUM E (NÃO)

PELA LEI DO QUARTEL.

JUSTIÇA  
FAVELA  
PEDE  
PAZ

## Polícias: o centro das narrativas sobre violência e segurança

**Sílvia Ramos, Bruna Sotero, Marcos Vinicius Araújo e Pedro Paulo Silva**

Coordenadora geral da Rede de Observatórios e pesquisadores do Observatório da Segurança RJ

A JUSTIÇA  
COMO UMA  
SERPENTE, SÓ  
MORDE OS PÉS  
DESCALSOS.

J  
U  
S  
T  
I  
Ç  
A

SOMOS  
NOS  
OMOS  
IS

FAVELA  
PEDE  
PAZ

PODE HAVER  
EM QUE SO  
PARA EVITAR  
MAS NUNC  
HAVER UM  
QUE DEIXE  
PROTESTA  
#F



**O fluxo** de notícias sobre violência e segurança pública é um mar de informações que se repetem diariamente, como as marés. Uma rotina em que os informes sobre a polícia predominam amplamente. Dos mais de 12 mil registros monitorados pela Rede de Observatórios durante um ano, mais de 7.000 tiveram como foco ações policiais e outros eventos envolvendo as polícias. Vale registrar que a Rede de Observatórios da Segurança é a única iniciativa que monitora operações policiais desde 2018 no Rio de Janeiro e nos cinco estados da Rede desde junho de 2019, e que esta é uma vasta área da segurança pública onde inexistem dados oficiais.

Dos anos 1950 até os anos 1990, as páginas dos jornais dedicadas às notícias sobre violência e segurança urbana eram chamadas de “páginas de polícia”. Pesquisa sobre mídia e violência de 2004 mostrou que 41% das notícias que circulavam nos grandes jornais de São Paulo e Rio Janeiro tinham como foco principal as ações policiais.<sup>1</sup> Mais importante, a pesquisa descobriu que 31% das notícias tinham como fonte das matérias as próprias polícias, ou seja, as histórias sobre violência eram contadas pelo olhar e pela voz de policiais e autoridades de segurança. Dez anos depois, esse levantamento foi replicado e o quadro tinha se alterado pouco: 36% do foco principal das notícias eram sobre ações policiais e 23% tinham como fonte única as polícias.<sup>2</sup>

Mais de 15 anos depois do primeiro estudo, o monitoramento da Rede de Observatórios ao longo de um ano revelou que cerca de 60% dos fatos registrados na imprensa, sites de notícias, redes sociais e em grupos de WhatsApp e Telegram tiveram como foco as polícias. É claro que temas antes pouco relevantes, como violência de gênero (11% dos eventos monitorados), violência contra crianças e adolescentes (5%) e outros tópicos, como racismo, violência LGBTI+ e intolerância religiosa, também aparecem no momento atual. Mas as polícias continuam no centro das pautas sobre violência e segurança, mostrando que a internet não alterou substancialmente a produção de discursos sobre esses temas.

ESTAMOS LONGE DE  
CONSTRUIR E DIFUNDIR  
NOVAS NARRATIVAS  
SOBRE OS PROBLEMAS  
QUE ATINGEM  
PRINCIPALMENTE  
AS POPULAÇÕES NEGRAS  
DAS PERIFERIAS

Os dados indicam que estamos longe de construir e difundir novas narrativas sobre os problemas que atingem principalmente as populações negras das periferias. A versão policial constrói o próprio fato. A repetição incessante de relatos sobre apreensões de armas, prisões de suspeitos, traficantes feridos em tiroteios, operações policiais que vitimam procurados etc. forma e consolida um campo discursivo, que justifica e naturaliza excessos policiais, legitima as violências e estimula a repetição diária dessas ações.

<sup>1</sup> Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de violência e criminalidade no Brasil. Silvia Ramos e Anabela Paiva (IUPERJ, 2007).

<sup>2</sup> Mídia e violência: O que mudou em uma década. Silvia Ramos, Anabela Paiva e Pablo Nunes ([https://www.ucamcese.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia\\_2016\\_Versao4.pdf](https://www.ucamcese.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Midia-e-Violencia_2016_Versao4.pdf)).



## Operações e mortes

Dentre os resultados sobre policiamento, o mais surpreendente e chocante foi o número de mortes provocadas pelas polícias. Operações e patrulhamentos monitorados pelos cinco Observatórios durante um ano resultaram em 984 mortos e 712 feridos, ou seja, uma em cada sete operações monitoradas registrou ao menos uma morte.

Os números são a demonstração mais cabal de que o problema da violência policial nos estados pesquisados é o uso da força letal e não apenas os excessos e as arbitrariedades. Mortos e feridos são uma realidade cotidiana em favelas e áreas pobres, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia. Morrer nas mãos de policiais é uma ameaça real e constante para os jovens nessas comunidades, pois essas mortes não são investigadas, esclarecidas ou punidas. Cada morto registrado é um indício de que muitas outras violências ocorrem ou podem ocorrer. De certa maneira, a circulação frenética de notícias sobre policiamento forma um caldo que justifica essas mortes.

### OPERAÇÃO NA PANDEMIA

Em maio, uma operação do Bope (PMERJ) e da delegacia especializada Desarme (Polícia Civil) no Complexo do Alemão matou 13 pessoas e apavorou os moradores com a presença de granadas e caveirões. A intervenção foi realizada para prender um traficante de armas, uma das vítimas letais. Os próprios moradores recolheram parte dos corpos. Os relatos dos residentes falaram do terror de se verem entre duas ameaças: o risco representado pelo novo coronavírus e a ação violenta dos policiais.

<https://bit.ly/2ZqXuYm>

### AÇÕES POLICIAIS MONITORADAS (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total geral
<b>Patrulhamento</b>	801	317	81	1.556	1.298	4.053
<b>Operação policial</b>	212	349	226	1.139	811	2.737
<b>Ações de combate ao coronavírus</b>	2	41	51	77	101	272
<b>Total geral</b>	<b>1.015</b>	<b>707</b>	<b>358</b>	<b>2.772</b>	<b>2.210</b>	<b>7.062</b>

Fonte: Rede de Observatórios

### MORTOS E FERIDOS EM AÇÕES POLICIAIS MONITORADAS (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total geral
<b>Mortos</b>	260	28	6	483	207	984
<b>Feridos</b>	70	10	4	479	149	712
<b>Mortes de crianças e adolescentes</b>	2	0	0	19	6	27
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>38</b>	<b>10</b>	<b>981</b>	<b>362</b>	<b>1.723</b>

Fonte: Rede de Observatórios

## Elementos suspeitos

O número assombroso de operações e patrulhamentos nos estados traduz uma abordagem da segurança pública em que políticas de prevenção, inteligência e investigação foram virtualmente abandonadas em favor de práticas de policiamento repressivo nas ruas, onde impera a lógica do flagrante. A produtividade policial é aferida pelo número de prisões e apreensões de drogas. Luiz Eduardo Soares (*Desmilitarizar*, Boitempo Editorial, 2019) tem reiterado que esse sistema orienta o policial para as operações nas favelas e periferias, onde os policiais batem suas metas prendendo diariamente jovens negros portando ou comercializando pequenas quantidades de drogas no varejo. Assim se desenvolve uma onerosa e inútil estratégia de guerra às drogas, que na prática é uma guerra contra as periferias, e que enche as prisões de pequenos vendedores do tráfico, fortalecendo as facções.

O NÚMERO ASSOMBROSO DE OPERAÇÕES E PATRULHAMENTOS NOS ESTADOS TRADUZ UMA ABORDAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA EM QUE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO FORAM VIRTUALMENTE ABANDONADAS

De fato, olhando mais de 7.000 registros do banco de dados, expressões como operações, drogas, suspeitos, tráfico, prisão aparecem na ordem do milhar. Já as palavras investigação e inteligência aparecem 373 e 25 vezes, respectivamente.

### DESCRIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS PALAVRAS MAIS USADAS (junho de 2019 a maio de 2020)

Prisão	3.926
Suspeito	2.097
Drogas	1.960
Operação	1.472
Tráfico	1.166
Mortos /Feridos	474
Abordagem	397
Investigação	373
Tiros	345
Apreensão	319
Confronto	184
Inteligência	25
Negro/Negra	1
Racismo/Racial	0

Fonte: Rede de Observatórios  
7.062 registros de ações policiais (1/6/2019 a 31/5/2020)



## Todo camburão tem um pouco de navio negro

Meninos negros das periferias aprendem a ter medo da polícia desde pequenos. Sabem que podem ser alvos de abordagens injustificadas, revistas humilhantes, prisões ilegais, agressões verbais, flagrantes falsos e algumas vezes espancamentos e morte.

Uma pesquisa sobre abordagem policial no RJ realizada na década de 2000, intitulada *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*,<sup>3</sup> mostrou que grande parte da população (mulheres, pessoas mais velhas, brancos, classe média) nunca tinha sido parada pela polícia, enquanto outro segmento populacional (jovens, negros, moradores de favelas, usando bonés, camisas de clubes, tatuagens) relatava 5, 10, 15 abordagens. Isso permitiu criar um índice de risco de abordagem composto por Idade, Gênero, Cor, Classe e Local de Moradia (IGCC-Favela). Em grupos focais, os próprios jovens cunharam a categoria “freio de camburão”, para identificar os jovens negros que sistematicamente eram parados por policiais.

No entanto, o racismo da polícia e do sistema de segurança não é traduzido em discurso. Quando analisamos detidamente os 7.000 registros do banco de dados de policiamento, baseados nos relatos da imprensa, mídias sociais e outros meios, verificamos que a expressão “negro” aparece só uma vez. As expressões racismo, raça e racial não foram citadas nem uma única vez. É como se essa realidade não existisse. A revelação sobre os acontecimentos monitorados é ainda mais surpreendente quando vemos o tratamento que a grande imprensa brasileira dá à violência policial nos EUA, usando abundantemente as expressões “morte de homem negro”, “manifestações antirracistas”, “brancos participando de atos contra o racismo” etc.

### “DESGRAÇA DE CABELO”

Em fevereiro de 2020, o vídeo de uma abordagem policial a um jovem de 16 anos no bairro de Paripe, em Salvador, obrigou o próprio governador, Rui Costa, a condenar publicamente a ação policial. As imagens mostram que o PM dá murros e chutes no rapaz, que usava cabelo no estilo black power, afirmando: “Você pra mim é um ladrão. Você é vagabundo! Essa desgraça desse cabelo. Tire aí [o chapéu], vá! Essa desgraça aqui. Você é o quê? Você é trabalhador é, viado?”

<https://glo.bo/2W5l19H>

AS EXPRESSÕES RACISMO, RAÇA E RACIAL NÃO FORAM CITADAS NEM UMA ÚNICA VEZ. É COMO SE ESSA REALIDADE NÃO EXISTISSE

<sup>3</sup> Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci (Editora Civilização Brasileira, 2005).

## Drogas, tráfico ou festas: ações policiais nas periferias são repressivas e letais

### Motivações das ações policiais monitoradas (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	TOTAL GERAL
Outros flagrantes	330	147	123	552	1.072	2.224
Repressão ao tráfico de drogas	312	150	152	703	301	1.618
Cumprimento de mandado	128	218	38	510	431	1.325
Operações patrimoniais	101	121	15	285	228	750
Repressão ao tráfico de armas e munições	28	89	17	21	14	169
Fuga / Perseguição	26	13	1	9	74	123
Festas e manifestações culturais da periferia	17	0	0	12	25	54
Retaliação por morte ou ataque	8	8	2	25	8	51
Disputa entre grupos criminais	1	4	0	24	1	30
Não informado	45	22	7	510	68	652
Outros	399	205	159	756	1.144	2.663

Fonte: Rede de Observatórios

Operações violentas cotidianas, em áreas onde predominam populações negras, e abordagens orientadas para o “elemento suspeito cor padrão” circulam como ações de combate ao crime e não como política pública altamente racializada.

Este é um viés que permite, por exemplo, intervenções como a que matou o jovem João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Numa ação típica do *modus operandi* das operações realizadas no Rio, os policiais entraram na casa onde João Pedro e outros adolescentes estavam sem mandado de busca e atirando – mais de 70 marcas de tiros ficaram espalhadas no imóvel.

É assim, também, que comandos autorizam ações de policiamento repressivo violento de eventos na periferia, como a que resultou na morte de Juan Ferreira dos Santos, numa festa de rua em Fortaleza, em setembro de 2019. Ou o caso, também chocante, do jovem William da Silva Melo, 19 anos, morto com um tiro no peito no bairro do Ibura, no Recife, em janeiro de 2020. Um amigo de William contou aos jornais: “Estava acontecendo a gravação de um clipe e por isso juntou muita gente. A

### VIDAS NEGRAS IMPORTAM

A morte de João Pedro Mattos, em maio de 2020, provocou enorme indignação e foi lembrada em manifestações antirracismo no Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros. O adolescente estava em casa com familiares quando uma operação conjunta da Core, força especial da Polícia Civil, e da Polícia Federal, invadiu a casa. O jornal *Extra* mostrou que a operação mobilizou 65 agentes e dois helicópteros e apreendeu duas contas de gás, um celular e um carro.

<https://glo.bo/3eT2Wdd>



polícia já chegou atirando, sem querer saber de ninguém, com bala de borracha, bomba de gás, com tudo. Quem chegou com tumulto lá realmente foi a polícia”.<sup>4</sup>

Mas o caso mais emblemático da brutalidade das polícias na repressão a atividades de lazer e cultura foi a ação da Polícia Militar durante um baile funk em Paraisópolis, em São Paulo, em dezembro de 2019. Na ocasião, nove pessoas morreram pisoteadas.

Olhando o banco de dados da Rede, compreendemos a dinâmica perversa de racismo praticado, mas não declarado. Reiterado, mas negado. Corporações que jamais reconhecem seu viés racista, governos que não admitem aquilo que todo menino negro conhece e vive nas periferias. Um exemplo eloquente deste fechar de olhos institucional veio à tona recentemente no Rio de Janeiro: os policiais acusados do homicídio da menina Maria Eduarda Alves Ferreira, morta aos 13 anos durante uma operação policial em Acari, em março de 2017, trabalham hoje no Centro de Recrutamento e Seleção de Praças (CRSP), unidade responsável por fazer a triagem dos candidatos a entrar na corporação.<sup>5</sup>

Os raros casos de racismo declarado envolvendo agentes de segurança (veja o capítulo sobre Racismo, página 14) são apresentados como desvios de conduta que “não serão tolerados”. Mas no dia a dia circula um ódio que não ousa dizer o nome, um racismo que se esconde e que por isso se reproduz em silêncio diante dos nossos olhos, todos os dias, em milhares de notícias sobre ações policiais. 🌐

## TRAGÉDIA EM PARAISÓPOLIS

Na madrugada de 1º de dezembro de 2019, a polícia fez uma ação contra o “Baile da DZ7”, que ocorria nas ruas de Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo. Segundo relatos de testemunhas, os policiais militares atiraram bombas para dispersar a multidão. Houve correria e os moradores se aglomeraram nas vielas próximas. Quando a ação terminou, nove jovens tinham morrido – segundo laudos, por asfixia mecânica causada por pisoteamento. Os policiais disseram ter sido atacados com paus, pedras e tiros. Mas o inquérito da Corregedoria da PM paulista responsabilizou os agentes.

<https://bit.ly/3in5B0B>

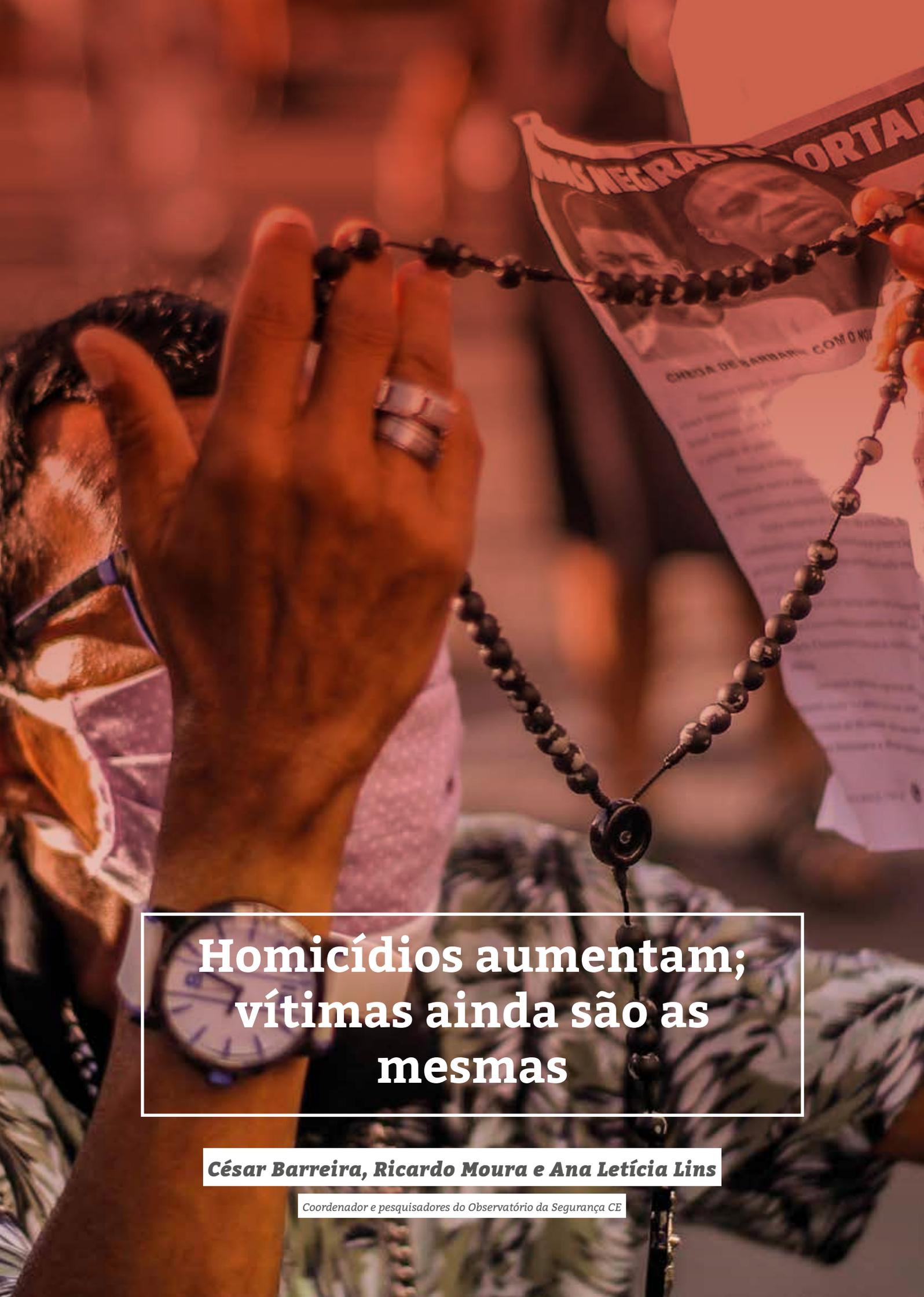
## TIRO PELAS COSTAS

Em setembro de 2019, o menino negro Juan Ferreira dos Santos, de 14 anos, estava acompanhado de amigos na Praça do Mirante, no bairro Vicente Pizon, em Fortaleza, quando foi baleado. A Polícia Militar alegou que os policiais faziam uma abordagem e que o tiro teria sido dado para o chão. “Se ele tivesse atirado pra baixo jamais ia acertar na cabeça do meu filho, jamais”, disse a mãe, Tania de Brito.

<https://bit.ly/38m33v7>

<sup>4</sup> Leia o relato em <https://bit.ly/3gipUu5>

<sup>5</sup> A história está em <https://glo.bo/2YPRx8a>

A close-up photograph of a person's hands holding a dark rosary. The person is wearing a watch and a ring. In the background, a newspaper is visible with a portrait of a man and the text 'CHEGA DE BARBA...' and 'COMO...'. The overall scene is dimly lit with a warm, reddish-orange tint.

# Homicídios aumentam; vítimas ainda são as mesmas

**César Barreira, Ricardo Moura e Ana Letícia Lins**

Coordenador e pesquisadores do Observatório da Segurança CE



Em junho de 2019, quando a Rede de Observatórios da Segurança começou a coletar dados sobre ocorrências criminais, o Brasil seguia uma tendência de queda no número de assassinatos em comparação com 2018. Havia uma perspectiva, posteriormente confirmada, de que o ano se encerraria em patamares bastante inferiores à série histórica. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 41.635 assassinatos no país em 2019, o menor número desde que o levantamento passou a ser realizado, em 2007. Vale ressaltar que os feminicídios cresceram no período, na contramão da redução da violência letal.

Um ano depois, o cenário que se apresenta é radicalmente diverso. Os homicídios voltaram a aumentar em todo o país. Dados do Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelaram que os assassinatos cresceram 8% em janeiro e fevereiro, antes do início da epidemia, portanto. Em meio a essas mudanças bruscas na dinâmica da violência letal, um traço constituinte da desigualdade racial no país persiste, contudo: a população negra permanece a mais atingida pelas mortes violentas.

EM MEIO A MUDANÇAS BRUSCAS NA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA LETAL, A POPULAÇÃO NEGRA PERMANECE A MAIS ATINGIDA

Embora as secretarias de Segurança Pública nem sempre tragam a informação sobre raça das vítimas de forma discriminada em suas estatísticas, o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”,<sup>1</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que negros<sup>2</sup> têm 2,7 mais chances de serem vítimas de um homicídio do que os brancos. Em dez anos (de 2007 a 2017), a taxa de letalidade das pessoas negras aumentou 33%. A pesquisa tomou como base o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O Atlas da Violência de 2019, por sua vez, revela que 75,5% das vítimas de assassinato eram indivíduos negros. Como se pode perceber, a violência letal não ocorre de forma aleatória, mas atinge alvos específicos, os quais não se alteram, ainda que haja flutuações nos índices de letalidade.

## Assassinatos na pandemia

Ao contrário do que ocorreu em alguns países latino-americanos, onde os indicadores decresceram com o isolamento social, no Brasil a situação se agravou com as medidas adotadas para impedir o avanço do novo coronavírus. O Ceará é um caso exemplar do recrudescimento da violência letal. De março a maio, durante a pandemia, os assassinatos dobraram em comparação com os mesmos meses no ano anterior. O estado já vinha em uma curva ascendente de homicídios, deflagrada principalmente pelo motim da Polícia Militar ocorrido em fevereiro, mês em que foi registrado um recorde de 459 assassinatos.

A escolha política por uma estratégia de segurança pública focada na contenção cobra seu preço em situações-limite. Os dois picos de violência letal registrados

<sup>1</sup> Leia o estudo em <https://bit.ly/2Zy9R51>

<sup>2</sup> Pretos e pardos, de acordo com o IBGE



em 2020 no Ceará têm em comum o fato de terem ocorrido durante um período de sobrecarga dos órgãos de segurança. Em fevereiro, a paralisação dos policiais militares afetou a continuidade do policiamento ostensivo; de março a maio, a pandemia ampliou as atribuições das polícias, ao mesmo tempo em que contribuía para que milhares de profissionais fossem afastados por licença médica.

NO CEARÁ, DURANTE A PANDEMIA, OS ASSASSINATOS DOBRARAM EM COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR

A experiência cearense demonstra como os indicadores da violência e da criminalidade podem oscilar de forma brusca a partir de mudanças nas dinâmicas criminais. Desde 2014, pelo menos, o estado vem alternando picos e quedas no registro de homicídios, inviabilizando a constituição de uma tendência mais permanente. Essa situação só ressalta a necessidade do monitoramento constante e preciso das ocorrências criminais. Trata-se, certamente, de um desafio tanto para quem executa quanto para quem fiscaliza as políticas públicas de segurança.

## Homicídios e armas de fogo

A arma de fogo, de modo geral, é o principal instrumento utilizado nos assassinatos. Não à toa, os homicídios lideram o ranking do monitoramento diário que a Rede realiza em cinco estados de eventos envolvendo arma de fogo, com 786 registros. Em seguida, vêm os conflitos interpessoais (237), roubo e outros crimes (219), balas perdidas (188), e as tentativas de homicídio (113). Os dados coletados no período revelam que Salvador foi a cidade com maior número de registros de eventos com armas de fogo (135), seguida por Fortaleza (122), Rio de Janeiro (99) e São Paulo (75).

Ao mesmo tempo, percebemos que a retórica armamentista do governo Bolsonaro vai além da mera bravata. O crescimento dos homicídios ocorre em um momento em que diversas medidas vêm sendo tomadas visando à erosão do Estatuto do Desarmamento. Em janeiro, uma portaria interministerial ampliou a quantidade máxima de munição que pode ser adquirida por civis autorizados, militares, policiais, guardas municipais, agentes prisionais, magistrados e promotores de justiça. Conforme o Instituto Sou da Paz, que acompanha de perto as constantes mudanças na legislação sobre armas de fogo, a medida traz uma série de riscos, pois amplia as possibilidades de desvios e abastecimento tanto do crime organizado quanto de milícias formadas por agentes das forças de segurança.

Em outra frente, o Ministério da Defesa revogou três portarias do Exército brasileiro que criavam um sistema de rastreamento de armas e munições no Brasil, com entrada em vigor prevista para este mês. Como se vê, o governo federal opera nas duas pontas: aumenta o acesso aos armamentos e desregulamenta os mecanismos de controle sobre eles. O resultado dessa equação será certamente o incremento da violência letal.

O GOVERNO FEDERAL AUMENTA O ACESSO A ARMAMENTOS E DESREGULA OS MECANISMOS DE CONTROLE SOBRE ELES

## Chacinas e homicídios múltiplos

Os homicídios múltiplos se mantiveram mesmo no período em que os assassinatos estavam em baixa, por volta de meados de 2019. Somados os cinco estados monitorados pela Rede de Observatórios, foi registrada uma média de quase duas chacinas por semana. Para efeitos de classificação, consideramos que houve uma chacina quando três ou mais pessoas são assassinadas em uma única ocasião. As ocorrências, entretanto, variam muito entre os estados: enquanto foram registradas 51 chacinas no Rio de Janeiro, em Pernambuco só foram identificados quatro casos. A grande maioria dos casos aconteceu em espaços públicos, como praças e ruas. As três cidades com mais registros deste tipo de violência são: Rio de Janeiro (23), Salvador (17) e Fortaleza (7). Em termos de vitimização, foram 359 pessoas executadas e 51 feridas.

Dentre as possíveis motivações, destaca-se a ação de policiais, representando 49% dos casos registrados. Em maio, uma operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) no Complexo do Alemão, em plena vigência das medidas de isolamento social, resultou em 13 mortes. De acordo com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMRJ), a ação se originou de uma denúncia anônima via aplicativo de mensagens e visava à apreensão de armamentos. As circunstâncias em que algumas vítimas foram encontradas, contudo, sinalizam mais para um ato de barbárie do que uma situação de confronto.

### CHACINA POR VINGANÇA

Em dezembro de 2019, quatro motoristas de aplicativo foram encontrados mortos e com sinais de tortura em um barraco na localidade de Mata Escura, na comunidade Paz e Vida, em Salvador. Um quinto motorista conseguiu escapar. Segundo a Polícia Civil, as mortes teriam sido ordenadas por um traficante, enfurecido por não ter conseguido obter transporte para sua mãe durante uma emergência médica.

(<https://glo.bo/3gk0cUu>)

### Chacinas monitoradas por estado e local (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
Rua/prça/espço público	21	8	3	48	8	88
Casa da vítima	3	1	1	3	2	10
Terreno baldio, mata					1	1
Escola particular		1				1
Bar					1	1
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>101</b>

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança



### Chacinas monitoradas: motivações citadas (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
Ocorrência policial	12	1		32	4	49
Não informado	12	9	3	14	4	42
Brigas			1		4	5
Confronto entre facções rivais				5		5
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>12</b>	<b>101</b>

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

O motivo para tantos ataques, no entanto, permanece desconhecido em boa parte das chacinas. Em Jaboatão dos Guararapes (PE), por exemplo, cinco homens foram assassinados em um prédio abandonado. De acordo com o relato da polícia, um grupo armado já chegou no local atirando, eliminando qualquer possibilidade de reação das vítimas. O local era conhecido na região como um ponto para consumo de entorpecentes.

## Crianças e adolescentes assassinadas

No monitoramento da violência cometida contra crianças e adolescentes, os homicídios também têm um papel de destaque. Entre 652 ocorrências de agressões contra menores de idade, foram contabilizados 291 assassinatos, uma média de cinco por semana. Também foram registradas 27 tentativas de homicídio. No Rio de Janeiro, em setembro de 2019, a morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos, por um tiro de fuzil disparado por um PM, tornou-se um símbolo de como os atuais modelos de políticas de segurança costumam vitimar meninos e meninas, especialmente negros e negras.

Vulneráveis, meninos e meninas podem ser vitimizados mesmo quando não há intenção premeditada de matar. Assim foi a morte do menino Miguel Otávio, de 5 anos, que em junho caiu do nono andar de um prédio do Recife depois que a patroa de sua mãe o deixou entrar sozinho em um elevador. O caso, emblemático das desigualdades sociais e raciais no país, chocou e comoveu os brasileiros.

### CASO MIGUEL: QUANDO A DESIGUALDADE MATA

Em 2 de junho de 2020, Sari Corte Real, primeira-dama do município de Tamandaré, em Pernambuco, permitiu que o menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, entrasse sozinho em um elevador. Um vídeo da câmera de vigilância mostrou que Sari apertou o botão de um andar superior. O menino pedia para ir ao encontro da mãe, a empregada doméstica Mirtes Renata Souza, que passeava com o cachorro da família. Miguel havia acompanhado a mãe ao trabalho, já que a creche que frequentava estava fechada em razão da pandemia. Miguel caiu do nono andar do prédio, um condomínio luxuoso de Recife. Sari chegou a ser presa por homicídio culposo, mas terminou indiciada pela Polícia Civil por abandono de incapaz, com resultado morte. O caso motivou manifestações públicas em Recife.

<https://bit.ly/31D4N1W>

### Cidades com mais casos de homicídios de crianças e adolescentes (junho de 2019 a maio de 2020)

Cidade	UF	Números
Fortaleza	CE	27
Salvador	BA	16
Campos dos Goytacazes	RJ	13
Recife	PE	11
Rio de Janeiro	RJ	10
Feira de Santana	BA	10
Caucaia	CE	9
Caruaru	PE	8
São Gonçalo	RJ	5
Jaboatão dos Guararapes	PE	5
Garanhuns	PE	5
Camaçari	BA	5
Cabo de Santo Agostinho	PE	5
São Paulo	SP	4
Nazaré da Mata	PE	4
Camocim de São Félix	PE	4
Barra Mansa	RJ	4
Toritama	PE	3
Pindaí	BA	3
Paulista	PE	3

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

## Linchamentos e tentativas de linchamento

No período abrangido pelo monitoramento, foi registrado um linchamento ou tentativa de linchamento a cada quatro dias nos cinco estados com Observatórios da Segurança. Embora não seja um fenômeno incomum, trata-se de um ato de violência que precisa ser compreendido de forma mais abrangente. O levantamento feito pela Rede traz algumas pistas para entendermos as dinâmicas e as motivações por trás dessa mobilização em torno da eliminação coletiva e sumária do outro.

A principal motivação alegada para que um linchamento se constitua é a acusação por um roubo. Em seguida, vem a briga. Um dado que chama a atenção é que todos os casos que tiveram essa causa como motivação foram assinalados em Pernambuco, estado com maior número de registros. A violência doméstica, o estupro e o ciúme também são apontados como elementos capazes de despertar a ira de uma multidão, embora com uma frequência menor.



### Linchamentos monitorados por estado (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
<b>Linchamento</b>	9	9	12	7	5	42
<b>Tentativa de linchamento</b>	6	7	14	2	3	32
<b>Total</b>	15	16	26	9	8	74

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

### Linchamentos: motivações citadas (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
<b>Acusação de roubo</b>	11	10	11	3	0	35
<b>Não informado</b>	3	2	4	0	1	10
<b>Brigas/ Rivalidade entre torcidas</b>	0	1	6	0	0	7
<b>Violência doméstica/Ciúmes</b>	0	1	1	2	1	5
<b>Acusação de estupro</b>	0	0	2	2	0	4
<b>Acusação de homicídio</b>	0	0	0	0	2	2
<b>Acusação de feminicídio</b>	1	0	0	0	1	2
<b>Lesbofobia/Homofobia</b>	0	1	0	1	0	2
<b>Suposto rapto de uma criança de 3 anos</b>	0	1	0	0	0	1
<b>Outros</b>	0	0	2	1	3	6

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Em sua maioria, o alvo do linchamento é alguém desconhecido do grupo agressor. Das ocorrências passíveis de terem elementos de identificação, é possível afirmar que o perfil característico da vítima do linchamento é o de uma pessoa do sexo masculino e de cor preta. No entanto, Fortaleza registrou um episódio que contrariou a predominância de homens entre as vítimas. Em junho de 2019, cinco mulheres foram vítimas de uma tentativa de linchamento com características de lesbofobia e também de racismo. Elas foram atacadas por um grupo de mais de 15 agressores, aos gritos de “sapatão”, insultos raciais e afirmações como “você não deviam estar aqui”. As agressões só foram interrompidas com a chegada da polícia.

## Ataques e ações de grupos criminais

Nem sempre as ações e os ataques de grupos criminais resultam diretamente em homicídios. No entanto, essas ocorrências, realizadas por grupos armados, com clara intenção de demonstrar poder, incidem diretamente nas dinâmicas criminais, afetando a sensação de insegurança vivida pela



## Ataques e ações de grupos criminais\* (junho de 2019 a maio de 2020)

Tipo de evento	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
Queima ou depredação de ônibus ou outros veículos	6	81		2	2	91
Queima, depredação ou explosão de prédios e construções	5	31	3	1	1	41
Toque de recolher				13		13
Uso de arma de fogo	3	3			1	7
Assalto	2		2		1	5
Execução					2	2
Fechamento de vias	1		1			2
Outros	1	2				3

\* Variáveis múltiplas

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

população e, em consequência, as estratégias dos governos em relação às políticas de segurança pública. O Ceará, por exemplo, assistiu a duas ondas de ataques promovidas em 2019, nos meses de janeiro e setembro, que tiveram forte repercussão no processo de reordenamento das atividades criminais. O Estado registrou 81 veículos e 31 construções queimados ou depredados no período abrangido pelo monitoramento da Rede de Observatórios. Não à toa, Fortaleza foi a cidade em que houve mais registros deste tipo de ocorrência. 🗨️

### “VOCÊ NÃO DEVEIA ESTAR AQUI”

Em 9 de junho, cinco mulheres comemoravam a vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol Feminino na Praia de Iracema, um dos principais pontos turísticos de Fortaleza, quando foram agredidas. Uma das vítimas, advogada, contou que o episódio começou quando um vendedor de bebidas informou não ter troco. A compradora disse que passaria mais tarde para pegar e se afastou. O vendedor passou a insultar a mulher, chamando-a de “sapatão” e fazendo comentários racistas, e foi interpelado pela namorada, uma advogada. A jovem de 26 anos foi agredida com socos pelo vendedor e por seu ajudante. Depois de tentar, sem sucesso, a detenção dos agressores por policiais, as namoradas e suas amigas decidiram ir embora. Quando se encaminhavam para o carro, foram perseguidas por um grupo de cerca de 20 pessoas.

<https://bit.ly/3ixRTs6>

A photograph of a crowded prison cell. In the foreground, several men are lying on the floor, some wearing orange jumpsuits. In the background, other men are on wooden bunk beds. The room is dimly lit with a warm, orange glow. A white rectangular box with a thin black border is superimposed over the center of the image, containing the title text.

# Pandemia produz mobilização sobre condições de prisões e do sistema socioeducativo

***Bruno Paes Manso e Francine Ribeiro***

*Coordenador e pesquisadora do Observatório da Segurança SP*



O número de registros sobre o que ocorre dentro dos sistemas penitenciário e socioeducativo é pequeno em relação a outras categorias analisadas pelo Observatório da Segurança. Ao longo do primeiro ano, esses casos representaram cerca de 1% dos eventos assinalados. Em outro extremo, os registros de policiamento, que se referem a operações policiais, ações de patrulhamento e prisões em flagrante, entre outras ações, corresponderam a 56% das informações.

### Eventos monitorados, por tipo de unidade (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total geral
Penitenciário	48	23	4	10	74	159
Socioeducativo	5	4	2	8	5	24

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Esse enorme contraste, longe de ser um termômetro real do que ocorre do lado de dentro e de fora dos muros das prisões e das unidades socioeducativas, reflete o interesse que cada um desses temas desperta na opinião pública e nas autoridades encarregadas de aplicar políticas de Segurança e de Justiça.

Enquanto o patrulhamento ostensivo e as prisões em flagrante em territórios pobres, vistos como perigosos, se consolidaram como o eixo principal das medidas implantadas pelos governantes durante os últimos anos, o sistema penitenciário costuma ser tratado como o fim da linha, o buraco mágico para onde se manda o problema a ser eliminado, a fim de que desapareça ou pelo menos seja esquecido.

Nessa concepção, quanto menos se falar sobre o interior desses espaços, melhor. A única boa notícia que poderia vir de lá seria a falta de notícias. Os dados mostram que a sociedade e a mídia estão preocupadas com o perigo que os internos representam aos que estão do lado de fora. Pouco interessam as condições em que se vive ali dentro.

Nos registros feitos no Ceará, Rio de Janeiro, em São Paulo, Bahia e Pernambuco, eventuais rebeliões, registradas com desinteresse, burocraticamente, nos jornais, foram os assuntos principais. Durante o primeiro ano de monitoramento feito pela Rede de Observatórios, 58% dos registros foram sobre fugas, rebeliões ou ocorrências policiais dentro das unidades – como o motim no Centro de Socioeducação Dom Bosco, na Ilha do Governador, no Rio, que durou três horas e foi rapidamente captado pelo helicóptero da tevê.

O SISTEMA  
PENITENCIÁRIO  
COSTUMA SER  
TRATADO COMO O  
FIM DA LINHA, O  
BURACO MÁGICO  
PARA ONDE  
SE MANDA O  
PROBLEMA A SER  
ELIMINADO

OS DADOS MOSTRAM QUE  
A SOCIEDADE E A MÍDIA  
ESTÃO PREOCUPADAS COM  
O PERIGO QUE OS INTERNOS  
REPRESENTAM AOS QUE ESTÃO  
DO LADO DE FORA



## Casos monitorados sobre o Sistema Prisional e Socioeducativo (junho de 2019 a maio de 2020)

	BA	CE	PE	RJ	SP	Total
Fuga	18	4	2	1	21	46
Rebelião, motim	0	1	1	6	10	18
Morte de detento	3	1	0	0	0	4
Proibição de visitas	1	0	0	0	2	3
Briga	1	0	1	0	0	2
Homicídio	1	1	0	0	0	2
Denúncias	0	0	0	0	7	7
Ocorrência policial	19	0	0	3	20	42
Morte por coronavírus	3	6	0	3	5	17
Casos de coronavírus e isolamento	6	3	0	1	12	22
Libertação ou mudança de regime	4	8	1	4	4	21

## Superlotação nas prisões

A situação mudou um pouco durante a pandemia do novo coronavírus, nos meses de março, abril e maio deste ano. O quadro se tornou especialmente dramático diante da superlotação vigente nas unidades penitenciárias em todo o Brasil. Segundo dados do Monitor da Violência, em 2019, o país tinha 704.395 presos apertados em 415.960 vagas, um total 69,3% acima da capacidade física do sistema. A situação afeta sobretudo os negros. Cerca de 63% dos encarcerados, segundo dados do Infopen do Departamento Penitenciário Nacional, são pretos ou pardos.

Alguns estados viviam situações ainda mais dramáticas em relação a presos por vaga, como Pernambuco (178,6%), Roraima (166%) e Amazonas (136,8%). Além disso, estudo da Rede de Observatórios mostrou a deficiência de serviços de saúde nas prisões: de 360 estabelecimentos nos cinco estados da Rede, só 275 contavam com consultório médico. Em Pernambuco, só 30% das unidades tinham este recurso.<sup>1</sup>

Autoridades, familiares de presos e organizações de defesa de direitos temiam que a aglomeração de presos em pequenos espaços provocasse uma rápida disseminação do vírus. Logo no começo da pandemia, na primeira quinzena de março, o governo suspendeu a saída dos presos que estavam em regime semiaberto, para evitar contaminação do lado de fora. A medida causou tensão no sistema, provocando fugas e rebeliões. No dia 16 de março, 594 presos fugiram do Centro de Progressão Penitenciária de Porto Feliz, espalhando a revolta para outras cidades. No dia seguinte, houve fuga em Mongaguá (563 presos), no litoral

<sup>1</sup> Ver Coronavírus e sistema penitenciário: crise à vista (<https://bit.ly/2Nja4U4>)



de São Paulo, e Tremembé (221 presos).<sup>2</sup> A maioria dos presos foi recapturada. Em março também houve duas tentativas de fuga do Conjunto Penal de Feira de Santana, na Bahia.<sup>3</sup>

No dia 17 de março, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, mandou um ofício ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária solicitando a criação de vagas temporárias para presos em *containers*. Organizações da sociedade civil criaram uma Frente Nacional pelo Desencarceramento para discutir soluções para reduzir os danos da pandemia nos presídios.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez recomendações aos tribunais de justiça estaduais para que tomassem medidas para evitar a crise sanitária. Duas dessas recomendações criaram especial preocupação nas autoridades e na opinião pública.

CERCA DE 63% DOS  
ENCARCERADOS  
SÃO PRETOS OU  
PARDOS

## Presos liberados, visitas proibidas

Na primeira delas, foi sugerido que os juízes reavaliassem, durante 90 dias, as sentenças de prisões provisórias e preventivas, especialmente para grupos vulneráveis, como mães, maiores de 60 anos, portadores de deficiência e indígenas. Para os que já estavam presos em regime aberto ou semiaberto, os magistrados deveriam permitir que eles cumprissem suas penas em casa. A análise deveria ser feita caso a caso.

No dia 16 de junho, o CNJ divulgou que a mudança nas orientações atingiu 32,5 mil presos em 19 estados brasileiros. Mesmo assim, o total de presos contaminados cresceu rapidamente, passando de 245, no dia 1º de maio, para 2.212 casos confirmados em 18 de junho. Já o número de mortes, no mesmo período, cresceu de 14 para 53. Os agentes penitenciários também foram bastante afetados. Havia 327 contaminados e três mortos no começo de maio. Em 18 de junho, o total havia saltado para 2.944 doentes e 41 vítimas fatais.

A segunda mudança impactante decorrente da pandemia sugerida pelo CNJ foi a suspensão das visitas aos presos por 90 dias. Além da solidariedade e do afeto levado pelos familiares, esses encontros são importantes para a chegada de roupas, comida e produtos de higiene, cujo fornecimento no sistema prisional e socioeducativo é quase sempre insuficiente. Houve o temor de que as prisões explodissem sem as visitas.

Notícias passaram a aparecer no monitoramento em decorrência dessas novas determinações. Sobre a liberdade concedida aos grupos de risco, houve quem se aproveitasse da medida para beneficiar-se politicamente da situação. O comandante

<sup>2</sup> Veja vídeos das fugas em <https://glo.bo/2Apjfpz>

<sup>3</sup> Leia mais em <https://glo.bo/2YXgVly>



geral da Polícia Militar da Bahia, por exemplo, coronel Anselmo Brandão, passou a dar entrevistas dizendo que mais de 2 mil presos haviam sido soltos e que teriam sido responsáveis pelo aumento dos crimes e dos homicídios no estado, sem apresentar qualquer evidência que justificasse essa relação de causa e efeito.<sup>4</sup>

A declaração soa especialmente inconsequente em um estado com altas taxas de violência policial, como é a Bahia. A experiência em estados como Rio de Janeiro e São Paulo mostra que essas frases de cunho populista podem ser vistas pelas tropas de agentes como uma autorização velada para que ajam nas ruas de forma ainda mais violenta. Em 2019, dados do Monitor da Violência já colocavam a polícia da Bahia em quinto lugar entre as que mais matam no Brasil, com uma taxa de letalidade, proporcionalmente, mais do que duas vezes maior do que a de São Paulo.

## Presos escrevem cartas: “Estou apavorado”

Já a suspensão de visitas e a relativa falta de informações sobre a Covid-19 dentro dos presídios teve como um dos efeitos a articulação de familiares de presos e de internos para obter apoio e denunciar o descaso das autoridades. Em março, houve protestos em frente ao Complexo Penitenciário de Salvador.<sup>5</sup> Alguns casos revelaram o despreparo para lidar com a situação de emergência. No interior de São Paulo, a Fundação Casa manteve um interno de 15 anos, com sintomas da doença, confinado por uma semana em um banheiro desativado. No Ceará, familiares dos presos ligados à Frente Estadual pelo Encarceramento passaram a cobrar das autoridades mais transparência e boletins epidemiológicos do sistema prisional.

A partir dessa mobilização, denúncias sobre o despreparo das unidades prisionais passaram a ser transmitidas pelos próprios presos, através do envio de cartas aos familiares, divulgadas na imprensa. Foi o que ocorreu em São Paulo, como mostrou uma coluna de Maria Carolina Trevisan.<sup>6</sup> Nos relatos, os presos contavam sobre a doença e se despediam dos parentes, caso algo de ruim ocorresse, como no trecho a seguir, escrito em um presídio paulista. 

## ISOLAMENTO PRECÁRIO

Um caso representativo da precariedade das condições disponíveis para o tratamento de pacientes da Covid-19 ocorreu em 4 junho de 2020, na Fundação Casa de São José do Rio Preto, interior paulista. No dia 8 de junho, foi confirmado o resultado do teste positivo para o novo coronavírus de um novo interno, um jovem de 15 anos. O rapaz foi mantido por uma semana em um banheiro desativado, provido apenas de um colchão e um vaso sanitário. Segundo o adolescente, ele não podia tomar sol e o banho era de água fria. O diretor da unidade foi afastado.

<https://bit.ly/2VHmR74>

<sup>4</sup> <https://glo.bo/3hY7DV3>

<sup>5</sup> Saiba mais em <https://glo.bo/2Zu6Sul>

<sup>6</sup> Leia a coluna em <https://bit.ly/2YTuuuQ>







## Quem faz a Rede de Observatórios

Baseados em cinco estados, os integrantes da Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.



Dudu Ribeiro



Luciene da Silva  
Santana

BAHIA



Ana Leticia Lins



Cesar Barreira



Ricardo Moura

CEARÁ



PERNAMBUCO



Dália Celeste



Della Martins



Edna Jatobá



Ana Paula Andrade



Anabela Palva



Bruna Sotero



Itamar Silva



Marcos Vinícius



Pablo Nunes



Pedro Paulo  
da Silva



Sílvia Ramos

RIO DE JANEIRO



SÃO PAULO



Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro

**SOBRE O RELATÓRIO**  
**Edição: Anabela Paiva**  
**Design: Refinaria Design**  
**Revisão: Malu Resende**

**Fotos:**  
**Capa, página 3 e página 31: Igor Pessoa**  
**Páginas 10 e 24: Alma Preta**  
**Páginas 14 e 18: Fran Silva**  
**Página 39: Laura Daudén/Conectas**

ISBN 978-65-00-05957-1



REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



[observatorioseguranca.com.br](http://observatorioseguranca.com.br)



@redeobservatorios



@rede\_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

PERNAMBUCO

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD  
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS



UNIVERSIDADE  
CANDIDO  
MENDES